



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

EDUARDO MILANI BOSELLI

**ENTRE JOANA E JOÃO:
IMPASSES DA VULNERABILIDADE PARA UM CORPO
CONSTITUÍDO COMO ININTELIGÍVEL**

Londrina
2022

EDUARDO MILANI BOSELLI

ENTRE JOANA E JOÃO:
IMPASSES DA VULNERABILIDADE PARA UM CORPO
CONSTITUÍDO COMO ININTELIGÍVEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina-UEL como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana da Silva Vinholi Rampazo

Londrina
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

BOSELLI, EDUARDO MILANI

ENTRE JOANA E JOÃO: IMPASSES DA VULNERABILIDADE PARA UM CORPO CONSTITUÍDO COMO ININTELIGÍVEL / EDUARDO MILANI BOSELLI. - Londrina, 2022.
82 f.

Orientador: ADRIANA DA SILVA VINHOLI RAMPAZO. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Corpos. Inteligibilidade. Vulnerabilidade. Trabalho. - Tese. I. RAMPAZO, ADRIANA DA SILVA VINHOLI. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU 658

EDUARDO MILANI BOSELLI

ENTRE JOANA E JOÃO:
IMPASSES DA VULNERABILIDADE PARA UM CORPO
CONSTITUÍDO COMO ININTELIGÍVEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina-UEL como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Adriana da Silva
Vinholi Rampazo
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Benilson Borinelli
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Angela Couto Machado Fonseca
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Londrina, 22 de fevereiro de 2022.

A meus pais,
José e Maria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Adriana Vinholi Rampazo, que acompanha a minha trajetória acadêmica desde a graduação, seu interesse e apoio foram fundamentais. Muito obrigado pela confiança e pela liberdade no processo de construção desta pesquisa, que certamente seria uma pesquisa muito diferente se eu não a tivesse como minha orientadora. Obrigado por tudo.

Aos meus pais, José Roberto Boselli e Maria Milani Boselli, que sempre transbordaram amor e acolhimento. O apoio de vocês sempre foi fundamental, especialmente nessa etapa da minha vida.

Aos queridos amigos que conheci e que me acompanharam durante o mestrado. Agradeço especialmente à Bianca Schimdt, ao Luís Paulo Nallin, à Paula Piassa, ao Fábio Arevalo, à Caroline Waki e ao Fabio Diego, pela amizade e pelos afetos tão importantes.

Aos professores que contribuíram gentilmente de forma direta ou indireta para a construção desta pesquisa e na minha trajetória. Agradeço especialmente à Sonia Mansano, à Angela Fonseca, ao Benilson Borinelli e ao Fábio Coltro, pelos afetos e pelas mais diversas discussões.

À participante, que abriu a porta da sua casa para me contar um pouco da sua história.

Agradeço à CAPES, pela bolsa de mestrado.

Vou criar o que me aconteceu. Só porque viver não é relatável. Viver não é vivível. Terei que criar sobre a vida. E sem mentir. Criar sim, mentir não.

(CLARICE LISPECTOR, A paixão segundo G.H.)

BOSELLI, Eduardo Milani. **Entre Joana e João**: Impasses da vulnerabilidade para um corpo constituído como ininteligível. 2022. 88 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

RESUMO

Esta pesquisa parte de uma perspectiva pós-estruturalista e tem o objetivo de compreender os impasses da vulnerabilidade produzidos para um corpo constituído como ininteligível. Para tanto, considerou-se teoricamente as noções de saber-poder e sujeito conforme Michel Foucault, e performatividade de gênero e vulnerabilidade conforme Judith Butler. Corpos constituídos como ininteligíveis são aqueles que deslocam as normas de gênero que regulam a coerência entre gênero, sexo e desejo. O relato da participante Joana, que se identifica como mulher trans, segue uma proposta de entrevista antinarrativa como método de geração e análise de dados. Entende-se, a partir da interação teórico-empírica, que corpos ininteligíveis são tidos como potencialmente dispensáveis para o trabalho, pois o corpo considerado como adequado para as organizações é o corpo que representa o ideal normativo de inteligibilidade. O corpo de Joana é tido como potencialmente dispensável para o trabalho e alvo de violências a depender do modo que desloca as normas de gênero. Evidencia-se uma situação de vulnerabilidade politicamente produzida que intensificou a precarização das condições materiais de existência e subsistência associadas ao trabalho.

Palavras-chave: corpos; inteligibilidade; vulnerabilidade; trabalho.

BOSELLI, Eduardo Milani. **Between Joana and João: Impasse of vulnerability for a body constituted as unintelligible.** 2022. 88 p. Dissertation (Master's in Business Administration) – State University of Londrina, Londrina, 2022.

ABSTRACT

This research is based on a post-structuralist perspective and aims to understand the deadlocks of vulnerability produced to a body constituted as unintelligible. To this end, it was theoretically considered the notions of knowledge-power and subject according to Michel Foucault, and gender performativity and vulnerability according to Judith Butler. Bodies constituted as unintelligible are the ones that displace the gender norms that regulate the coherence between gender, sex, and desire. The account of participant Joana, who identifies as a trans woman, follows an antinarrative interview proposal as a method of data generation and analysis. It is understood, from the empirical-theoretical interaction, that unintelligible bodies are taken as potentially dispensable for work, because the body considered as suitable for organizations is the body that represents the normative ideal of intelligibility. Joana's body is seen as potentially dispensable for work and the target of violence depending on how it displaces gender norms. A politically produced situation of vulnerability is evidenced that has intensified the precariousness of the material conditions of existence and subsistence associated with work.

Key words: bodies; intelligibility; vulnerability; work.

SUMÁRIO

	PRÓLOGO	9
1	SOBRE A PESQUISA.....	15
1.1	SOBRE JOANA.....	22
2	O CORPO E AS ORGANIZAÇÕES	25
3	ENTRE O RECONHECIMENTO E O NÃO RECONHECIMENTO, OU ENTRE JOANA E JOÃO	37
4	IMPASSES DO TRABALHO E DA PRECARIIDADE.....	56
4.1	O SUJEITO E O TRABALHO	58
4.2	A PRECARIIDADE DA VIDA	66
	EPÍLOGO	77
	REFERÊNCIAS.....	80
	APÊNDICE	85
	APÊNDICE A.....	86

PRÓLOGO

Penso que há algumas coisas a serem consideradas sobre o que significa ser uma pessoa em um contexto de interdependência, especialmente no momento histórico em que esta pesquisa aconteceu, a saber, em meio a uma conjuntura de profundos colapsos sociais e ambientais que compõem um cenário antropocênico espantoso. Nossos modos insustentáveis de estar no mundo têm sido historicamente colocados em xeque por complexos acontecimentos desencadeados em decorrência da ação humana voltada para a exploração (MOORE, 2017). São muitos os problemas ecológicos e sociais que também se sobrepõem àqueles específicos que enfrentamos em nossas vidas e que produzem solastalgia nos corpos que se importam com o planeta e seus seres vivos.

Esse tempo de assombro evidencia uma vulnerabilidade corporal que compartilhamos, constituída em parte pela materialidade da nossa existência, que é primeiramente corporal, e pela nossa necessidade fundamental de cuidado para a manutenção da vida. Como corpos em relações de convivência e interdependência essa vulnerabilidade compartilhada pode variar de acordo com a nossa exposição a outros corpos e circunstâncias sociais (BUTLER, 2019a). Quando a nossa proximidade corporal acontece num contexto comunitário em que são proporcionadas as circunstâncias para que as vidas floresçam também se potencializa os encontros e os momentos para vivenciarmos as diferenças.

Já sob circunstâncias precarizadas, essa proximidade corporal pode ser um fator de risco, principalmente num contexto opressivo em que as possibilidades de se viver uma vida capaz de ser reconhecida são problematicamente reguladas. A COVID-19 acentuou a urgente questão sobre como viveremos juntos ao mostrar dramaticamente que nossos modos de interdependência e a nossa proximidade corporal podem nos colocar sob grande perigo. A vulnerabilidade ao vírus também está diretamente relacionada a situação de vulnerabilidade social, pois numa conjuntura neoliberal de exploração intensiva de “recursos” e de profunda estratificação social, uma enorme quantidade de pessoas estará mais exposta e vulnerável não só à contaminação pelo vírus, mas também a uma intensificada precarização das circunstâncias materiais que possibilitam que se viva uma vida que seja minimamente vivível.

Podemos dizer em linhas gerais que nós vivenciamos diferentes situações de vulnerabilidade, especialmente num contexto social estratificado, mas há um fator importante que pode ser decisivo no modo e na intensidade que a vulnerabilidade pode ser vivenciada, que é o reconhecimento da minha vida e da sua vida como vidas que importam e que, portanto, precisam ser protegidas e amparadas. A relação entre a vulnerabilidade e o reconhecimento é problemática pois se reconhece alguém a partir de algum enquadramento já previamente formado, de modo que as possibilidades de sermos reconhecidos/as são limitadas pelas molduras que constituem algum enquadramento (BUTLER, 2019b). O gênero, aspecto central desta pesquisa, também pode ser entendido como um enquadramento para o reconhecimento forjado por critérios de inteligibilidade que podem ser representados por uma identidade de gênero reconhecida e naturalizada (BUTLER, 2018), como a heterossexualidade compulsória, por exemplo (BUTLER, 2019c).

Uma implicação desse enquadramento de gênero é que quando um corpo não está em conformidade com os critérios de inteligibilidade constituídos pelas normas culturais de um contexto normativo, as condições de uma vida minimamente vivível para esse corpo podem ser minadas por meio da ameaça da abjeção (BUTLER, 2019d). É o que acontece com os corpos que em suas diferentes (re)produções de gênero deslocam os aspectos desse enquadramento normativo de gênero que delimita quais são as vidas que importam e que precisam ser protegidas e amparadas. Para tais corpos a abjeção pode se manifestar em situações politicamente produzidas como o desemprego, a insegurança econômica, a marginalização social, a exposição involuntária a situações de violência e contextos de abuso de vulnerabilidades (BUTLER; GAMBETTI; SABSAY, 2016).

O emprego é um dos aspectos centrais no modo de organização social urbana em que vivemos e se constitui como parte importante da vida organizada (CARRIERI, 2014). Considere que vivemos em contextos com diferentes níveis de infraestrutura, tipos de suporte, modos de cuidado e instituições que visam assegurar as condições mínimas de subsistência (BUTLER, 2018), e que na ausência desses aspectos cabe ao sujeito dar conta de si mesmo, então essa suposta importância do emprego é evidenciada problematicamente — para dizer o mínimo — na medida em que o emprego passa a estar diretamente associado à manutenção da vida num contexto

em que o acesso a aspectos essenciais para a sobrevivência (e.g., alimentação, moradia) são mediados por um sistema econômico predatório.

Inicialmente, é nesse sentido que foi considerada a “importância” do emprego, sem com isso afirmar uma valorização do emprego sob circunstâncias precarizadas num contexto de exploração e de desigualdades. Aqui tem-se em vista que não se trata apenas de uma vulnerabilidade que esteja relacionada estritamente a uma eventual negação de uma oportunidade de emprego, mas também representa uma situação politicamente produzida para aqueles/as que não são reconhecidos/as conforme o enquadramento normativo de inteligibilidade de gênero, de modo que o emprego é um aspecto em meio a miríade de fatores implicados na produção de situação de vulnerabilidade.

Em oposição a uma equivocada romantização dessa conjuntura problemática, entende-se que a racionalidade do “mercado” tem participado sistematicamente na questão de quais corpos importam e quais corpos são dispensáveis. É terrível que as pessoas estejam sendo confrontadas com a situação de ter que decidir entre aceitar uma vaga de emprego precário ou correr o risco de morrer. Em tempos de COVID-19 essa decisão tornou-se ainda mais difícil para aqueles/as que o trabalho na modalidade remota sequer foi uma opção, o que implicou no aumento do risco de adoecer para 88,9% da população brasileira (GOES; MARTINS; NASCIMENTO, 2021) que precisou sair de suas moradias para trabalhar durante o período mais severo da pandemia no Brasil, sem nenhuma vacina disponível.

Portanto, penso que não é suficiente falar sobre organizações empresariais como produtoras de uma situação política de vulnerabilidade para corpos constituídos como ininteligíveis sem também considerar o aspecto político da vida coletiva, de como a nossa interdependência e os discursos normativos podem se relacionar com a produção de vulnerabilidade quando se delimita quais são os corpos que importam não só para o trabalho, mas também para a vida social. Butler (2018) enfatiza que se não podemos eliminar nossa condição de interdependência também não podemos eliminar a necessidade dos encontros e do contato com outros corpos que não optamos por encontrar, trabalhar e comunicar nas mais variadas formas, ou seja, viver num mundo com outros/as que não escolhemos viver juntos/as e que, em algum sentido, somos dependentes.

Assim como é importante a crítica às molduras que limitam o reconhecimento, também é importante destacar aqui que não se trata de posicionar as organizações empresariais como a única possibilidade de local de trabalho, também não é uma busca por aprimoramento das organizações, ou ainda uma proposta por maior “inclusão” nos mesmos termos normativos excludentes. No entanto, é certo que vivemos em um contexto histórico colonial profundamente marcado pelo sistema produtivo capitalista, o que pressupõe a predominância de organizações empresariais e a conseqüente importância da remuneração para assegurar as condições materiais mínimas da vida.

Cabe pensar um outro sentido possível para o trabalho, um que não esteja restrito apenas às questões de subsistência, mas também de participar na construção de vidas mais vivíveis. Assim, constitui um compromisso ético o questionamento dos contornos que constroem a vida e a busca por condições sociais e econômicas mais justas para os diferentes modos de estar no mundo, de forma que o objetivo não seja a incorporação a uma “normalidade”, pois não se trata de uma normalização, é justamente o contrário: que a alteridade seja respeitada e que se potencialize a criação de novas inteligibilidades e possibilidades para que as vidas sejam reconhecidas e floresçam.

A proposta desta pesquisa emergiu das produções da filósofa estadunidense Judith Butler e do filósofo francês Michel Foucault, que abordam a importância política da crítica às relações de poder que produzem discursos normalizadores e que materializam sujeitos a partir de processos e normas socialmente construídos, como as normas de gênero, por exemplo. Michel Foucault e Judith Butler fornecem um espaço conceitual para pensar questões sobre “o corpo” como unidade analítica e não absolutamente redutível ao biológico por meio da desnaturalização de práticas discursivas e não-discursivas (CANDIOTTO, 2006) e de códigos de inteligibilidade historicamente sedimentados (BUTLER, 2019e).

O problema que aqui se considera é que ainda que o trabalho seja um aspecto que nos afeta enquanto “povo” heterogêneo, regula-se um ideal corporal muito específico de sujeito para ocupar os espaços empresariais. Referido aqui como “sujeito para o trabalho”, essa noção de sujeito se refere ao que Judith Butler chama de “sujeito inteligível”, que representa um ideal altamente regulado e constituído por

um conjunto de normas de gênero. Em linhas gerais, esse conjunto de normas que regulam o sujeito inteligível pode ser entendido como “inteligibilidade de gênero” (Butler, 2019a), que é constituída por restrições heteronormativas que determinam que os corpos estão atrelados a uma série de pressupostos normativos que vão da sua apresentação estilizada, suas expressões e até a uma noção do “ser”, que seria manifestada numa identidade heterossexual naturalizada, pressupondo uma coerência entre “sexo”, gênero e desejo (BUTLER, 2004, 2019e, 2019c).

Em linhas gerais, quando pensamos sobre o trabalho, se a inteligibilidade de gênero é condição para alguém seja reconhecido/a até mesmo como humano (BUTLER, 2004, 2019e), então o corpo pode representar um critério anterior às suas “competências” profissionais para a atividade laboral, num contexto empresarial que antes de selecionar currículos (i.e., visão liberal), seleciona corpos. Dessa forma, no momento que alguém se prova “incapaz” de se “adequar” ao ideal de sujeito inteligível, esse corpo se torna dispensável para o trabalho, pois o corpo supostamente adequado para as organizações é o corpo que representa o ideal de inteligibilidade de gênero. Isso constitui uma situação de vulnerabilidade que é politicamente produzida na medida que impõe sanções como o desemprego e a instabilidade econômica para os corpos que não materializam esse ideal de sujeito.

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é compreender os impasses da vulnerabilidade na esfera laboral para um corpo constituído como ininteligível. O estudo contou com os relatos de uma participante, que produziu um relato de si mesma e das vivências relacionadas ao trabalho. A definição de uma participante está relacionada com a proposta do estudo, que se distancia da busca por uma suposta coerência ou similaridade entre participantes e suas vivências para entender se um fenômeno “realmente está acontecendo”, mas “como” está acontecendo na vida de uma pessoa que possui uma constituição de si e uma história de vida que, assim como a de cada um de nós, é única e não generalizável.

Em todo caso, sob “impasses da vulnerabilidade” procurei simplesmente entender como a participante lida com algumas das questões decorrentes da situação de vulnerabilidade que vive, principalmente no que se refere à deterioração das condições materiais de existência e subsistência, mas que também estão relacionadas com estratégias de sobrevivência na busca por uma vida mais vivível.

Assim, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) entender os aspectos que constituem o corpo da participante como ininteligível; b) entender como a participante se relaciona com esses aspectos a partir da relação entre as práticas performativas e o ideal de inteligibilidade de gênero; c) identificar como a vulnerabilidade se apresenta diante da precarização do trabalho na vida da participante; e d) entender como a vulnerabilidade vivenciada é mobilizada na busca de condições materiais de subsistência.

1 SOBRE A PESQUISA

Esta é uma pesquisa empírica qualitativa que se apoia na perspectiva pós-estruturalista e se orienta conceitualmente conforme a teoria da performatividade de gênero, a noção de saber-poder, poder normalizador, vulnerabilidade e sujeição. A perspectiva pós-estruturalista pode ser caracterizada como um movimento de pensamento crítico interdisciplinar que não se reduz a um conjunto de pressupostos compartilhados (PETERS, 2000). Esse movimento emergiu do estruturalismo e é visto como uma posição divergente pela característica subversão positiva de oposições binárias estabelecidas. Tem como principais teóricos/as Júlia Kristeva, Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Jean François Lyotard e Michel Foucault, que partilham de um viés progressista que atua no desfazer de postulados exclusivistas de verdade e pureza das formas de essencialismo, determinismo biológico e naturalismo, que também estão problematicamente implicados com as questões de gênero (WILLIAMS, 2013).

Esta perspectiva possibilita caminhos para pensar o corpo e a constituição do sujeito não atreladas a concepções fenomenológicas do “ser”, mas por meio de uma concepção processual da ação. Dessa forma, o sujeito é considerado como sujeito-em-processo (BUTLER, 2019c), materializando-se e investindo-se de poder no decorrer de sua existência, em um constante “tornar-se” em vez do fixo “ser”. Esse distanciamento de um entendimento fenomenológico do sujeito é fundamental, pois possibilita romper com as concepções metafísicas clássicas que carregam a noção de essência, como é o caso da noção de identidade em termos fixos, que, de modo geral, possibilita a compreensão a partir de descrições que são consideradas como pertencentes a sujeitos, grupos ou classes.

As categorias de identidade de gênero são consideradas aqui como ponto estratégico para pensar o gênero no plano da ação, como parte do processo de “tornar-se”. A identidade de gênero pode representar uma parte do que “somos”, mas não representa inteiramente quem “somos”, e é nesse sentido que gostaria de recorrer a um “nós” na metodologia que não esteja restrito nos termos rígidos de uma categoria de identidade de gênero, seja ela normativamente reconhecida ou não. Isso não implica recorrer a uma noção universal do sujeito, pois o sujeito não é anterior às

convenções culturais, “é um efeito-de-verdade de tramas de poder, saber e discurso que são cultural e historicamente específicas” (BORBA, 2014, p. 448).

Há tantos fatores que nos constituem durante a vida, tantos encontros sob diferentes circunstâncias e múltiplas intensidades que nos atravessam e nos marcam de formas tão profundas que, em alguma medida, precisam ser levadas em consideração quando nos propomos a compreender o relato de alguém, não no sentido de dar conta de todos esses aspectos na pesquisa, mas de não simplesmente os ignorar. Como Butler (2019p) nos lembra, ainda que dentro de um enquadramento legal a linguagem identitária possa estabelecer alguma legitimidade, ela não alcança a complexidade dos laços que nos forjam como comunidade política e de como esses e outros laços nos envolvem e nos constituem com outras vidas.

Nesse sentido, esta pesquisa também se orienta conceitualmente conforme a perspectiva *queer*, que não é apenas uma teoria, é uma política pós-identitária (LOURO, 2001), entendida aqui não como uma rejeição da identidade, mas como uma perspectiva que busca tencioná-la. Paul B. Preciado diz que “a teoria *queer* é, em certo sentido, uma segunda volta, uma retradução política de certos textos da filosofia pós-estruturalista francesa, bem como de críticas da psicanálise freudiana e lacaniana” (PRECIADO, 2007, p. 394, tradução do autor). *Queer* também é sobre a abjeção, sobre os corpos que foram considerados como ameaça à sociedade por não buscarem a incorporação social nos termos excludentes, pela crítica ao autoritarismo, aos preconceitos e aos valores morais violentos que delimitam a fronteira da abjeção (MISKOLCI, 2009). Também é sobre subversão, a reterritorialização dos termos que marcam a abjeção:

A acepção contemporânea do termo faz com que a proibição e a degradação tenham seu sentido invertido, gerando uma ordem diferente de valores, uma afirmação política que parte do próprio termo e se desenrola por meio desse termo, que em seu uso anterior teve como objetivo final justamente a erradicação dessa afirmação (BUTLER, 2019e, p. 383).

Portanto, *queer* “constitui uma apropriação radical de um termo que tinha sido usado anteriormente para ofender e insultar, e seu radicalismo reside, pelo menos em parte, na sua resistência à definição — por assim dizer — fácil” (SALIH, 2018, p. 19), e segundo Butler (2004), *queer* não é entendido como uma identidade, mas como uma corrente de pensamento que é contrária a formas de autoridade e normatividade

opressivas, deslocando os termos normativos que dizem quem e o que somos para abrir espaços para modos de existência que não seriam amplamente reconhecidos dentro das normas estabelecidas. É nesse sentido que, pensando na metodologia, é importante o questionamento das categorias que nos constituem como sujeitos e nos confinam em categorias identitárias fixas, pois na medida que incluem segundo seus termos, o fazem excluindo aqueles/as que não se “encaixam” nesses termos. Butler diz:

Embora os discursos políticos que mobilizam as categorias de identidade tendam a cultivar identificações a serviço de um objetivo político, pode ocorrer que a persistência de *desidentificação* seja igualmente crucial para a rearticulação da contestação democrática. De fato, talvez seja exatamente por meio de práticas que reforçam a desidentificação para com essas normas regulatórias - mediante as quais a diferença sexual é materializada - que tanto a política feminista como a política *queer* estão mobilizadas. Tais desidentificações coletivas podem facilitar a reconceitualização de quais corpos importam [*matter*] e que corpos ainda estão por emergir como matéria crítica de interesse (BUTLER, 2019e, p. 19).

Essa pesquisa propõe algo que vai nesse sentido, sem pretensões de construir algo colonizando um processo complexo que está na vida social e que nos afeta de diferentes formas. A questão da vulnerabilidade não está restrita para algum grupo que se identifique com alguma categoria, nós somos atravessados/as por diferentes situações de vulnerabilidade, situações que podem não ser as mesmas para aqueles/as que se identificam com uma mesma categoria de identidade coerente, mas são situações que se evidenciam especialmente quando vemos a importância da nossa vida e do nosso trabalho sendo diminuída (ou até mesmo inexistente) devido ao modo que deslocamos as normas de gênero. Assim, não faz parte desta pesquisa propor alegações que constituam efeitos ontológicos sobre alguma categoria de identidade ou sobre a participante, mas entender aspectos da vida em coletividade a partir de uma perspectiva de vulnerabilidade que também é produzida como resultado da reiteração normativa de corpos e de identidades que são considerados como válidos e importantes.

Dessa forma, a preocupação com o comprometimento epistemológico nesta pesquisa, principalmente no sentido dos critérios de participação, é um comprometimento com um enquadramento conceitual *queer*, que não busca a essência ou uma descrição de identidades dos/as participantes. Penso que é

produtivo manter alguma tensão metodológica entre os limites das categorias de identidade de gênero e as possibilidades da perspectiva *queer* quando nos propomos a entrevistar pessoas que não se “encaixam” em uma categoria de gênero normativa ou reconhecida socialmente. Como diz WARNER:

Não pode haver apenas uma metodologia de pesquisa *queer*, mas muitas metodologias. Não há uma verdade única para a identidade sexual e a sexualidade, portanto, não há um método único para gerar respostas sobre tais temas (WARNER, 2004, p. 334).

Nesse sentido, a provocação de Davy (2019) é importante pois aponta que essa tensão também se apresenta quando desterritorializamos gênero em nossas vivências, desfazendo gênero no cotidiano, mas nós territorializamos gênero na construção da pesquisa quando seguimos uma perspectiva teórica, e que precisamos reconhecer esse movimento como não sendo *queer*. Considero que a exploração de ideias é mais importante do que apenas tentar alcançar algum resultado estático enquadrado em métodos rígidos que restringem as possibilidades de entendimento da realidade vivida, e que essa perspectiva teórica possibilita caminhos para pensar as questões da marginalização do trabalho na Administração, desnaturalizando um processo que acontece cotidianamente.

Como o foco da pesquisa foram os efeitos de vulnerabilidade relacionados ao trabalho, e considerando que a ininteligibilidade (i.e., abjeção) como um processo discursivo (BUTLER, 2019e), a seleção de possíveis participantes para a pesquisa foi iniciada a partir do meu contato — como autor desta pesquisa e como corpo constituído como ininteligível — com outros corpos que produziram relatos sobre si e os contextos de precariedade que vivem ou viveram. A proposta para a seleção de um/a possível participante não foi atrelar o critério de participação a uma categoria de identidade específica, mas manter esse aspecto em aberto e permitir a autoidentificação, seja ela uma categoria reconhecida ou não.

Ainda que não tenha sido definida uma categoria de identidade de gênero específica, esta pesquisa parte de um recorte de gênero e, considerando a preocupação com o comprometimento epistemológico, a proposta foi a de “fazer uso de uma categoria que pode ser posta em causa, feita para dar conta do que exclui” (BUTLER, 1993, p. 311). Assim, o recorte de gênero a partir de uma perspectiva *queer*

desta pesquisa foi definido pela categoria “trans”, considerando “trans” como um termo “guarda-chuva” a partir do qual uma multiplicidade de expressões de gênero se manifesta. A categoria “trans” aqui não é entendida segundo um discurso médico-científico ou como uma categoria binária e rígida. O recorte de gênero por meio de uma noção ampla da categoria “trans” é um posicionamento metodológico importante que possibilita a autoidentificação ao não assumir a identidade como critério de participação. Este aspecto é importante pois:

O foco analítico e político das teorias queer não parte da identidade como ponto inicial de investigação (prática comum nos estudos sociológicos de "minorias sexuais"); pelo contrário, parte, sim, da constituição histórico-discursiva das normas que geraram/geram e limitam experiências identitárias. Desfazer essas normas de inteligibilidade implica, assim, um alargamento dos esquemas sociais e culturais pelos quais certos corpos são reconhecidos como humanos (BORBA, 2014, p. 447).

Nesse sentido, pode se argumentar que o termo guarda-chuva “trans” ainda corre o risco de manter uma divisão binária entre a subversão e a conformidade com a norma (e.g., “trans” ou “cis”, “homem” ou “mulher”, “inteligível” ou “ininteligível”). No entanto, é importante destacar que a perspectiva *queer* também é sobre desconstruir essas oposições binárias que simplificam a complexidade do vivido numa oposição simplista e rasa. Isso também representa um posicionamento que assume a contingência das categorias pelas quais somos nomeados/as:

Essa possibilidade de tornar-se um local discursivo cujos usos não podem ser totalmente restritos de antemão deve ser salvaguardado não apenas para o propósito de continuar a democratizar a política *queer*, mas também para expor, afirmar e refazer a historicidade específica do termo (BUTLER, 2019e, p. 381).

Então em vez de operar em meio a uma lógica de oposição, o recorte de gênero desta pesquisa segue um sentido butleriano de uma coalização, uma aliança que assuma e cruze as diferenças para possibilitar a participação nesta pesquisa sem a exigência de que a participante esteja em conformidade com algum enquadramento identitário rígido.

Partindo da proposta de seleção de uma participante definida a partir do contato com outros corpos constituídos como ininteligíveis e que produziram relatos públicos

sobre si mesmos/as e o contexto de vulnerabilidade que vivem ou viveram, tive a oportunidade de presenciar uma fala da participante da pesquisa, que aqui a chamo de Joana (nome fictício), em que produziu um relato sobre si e o contexto que vivia. Para a geração de dados, me baseei em um método de “entrevista antinarrativa” como método de geração e análise de dados com uma participante. Uso o termo “geração de dados” em vez de “coleta de dados”:

[...] para enfatizar que os dados de pesquisa são gerados através do processo de pesquisa em vez em vez de pré-existirem, aguardando a sua "captura". Também é elaborado para nos desencorajar de citar os dados das entrevistas como um reflexo evidente de uma realidade externa que de alguma forma está separada dos relatos fornecidos nas entrevistas de pesquisa, mas sim, para destacar o próprio processo de entrevista como um processo performativo, que faz parte da constituição do sujeito, incluindo a do pesquisador, ainda que tenhamos nos esforçado para tornar o mais reflexivo possível (RIACH; RUMENS; TYLER, 2016, p. 4)

A entrevista antinarrativa é uma abordagem metodológica autorreflexiva que tem como proposta o “desfazer” reflexivo de uma suposta inteligibilidade ou coerência subjetiva assumida, bem como das condições normativas das quais depende. Essa proposta considera que o contexto normativo está diretamente implicado com a possibilidade de reconhecermos alguém e de sermos reconhecidos/as, e assume esse aspecto para deslocar e ampliar os termos possibilitam o reconhecimento (RIACH; RUMENS; TYLER, 2016). Isso representa proposta ética reflexiva de abertura “ao Outro”, importante quando nos propomos reconhecer e entender o relato de uma participante que é constituída como ininteligível pelas normas de gênero.

Nesse sentido, ressaltar que o “eu” está implicado com um contexto normativo é fundamental quando nos propomos a analisar o relato de alguém, principalmente quando esse relato é produzido por corpos constituídos como ininteligíveis. Penso que é importante considerar que as nossas vivências estão atravessadas por inúmeros aspectos, alguns aparentemente mais macro e duros do contexto normativo em que vivemos, outros mais micro e moleculares dos encontros e dos afetos. Nesse sentido, o momento de contato com a participante foi um momento de fala livre e o relato de si mesma foi iniciado a partir da pergunta “quem és tu?”. Como o reconhecimento é uma das preocupações desta pesquisa, a proposta seguiu BUTLER ao dizer que:

[...] a pergunta mais central para o reconhecimento é direta e voltada para o outro: 'Quem és tu?'. Essa pergunta pressupõe que diante de nós existe um outro que não conhecemos e não podemos apreender totalmente (BUTLER, 2019d, p. 45).

Joana produziu um relato de si mesma, de modo que as categorias principais desse trabalho serviram como “pontos de parada” para aprofundamento por meio de perguntas que emergiram durante o contato. Produzir um relato de si é produzir um relato que está atravessado por uma temporalidade e por um contexto social:

Não existe nenhum “eu” que possa se separar totalmente das condições sociais de seu surgimento, nenhum “eu” que não esteja implicado em um conjunto de normas morais condicionadoras, que, por serem normas, têm um caráter social que excede um significado puramente pessoal ou idiossincrático (BUTLER, 2019d, p. 18).

O verbo “compreender” é amplo e pode levar a diferentes lugares, inclusive a lugar nenhum. Aqui não uso o termo “compreender” em um sentido totalizante, pois há tantas coisas que nos escapam e tanta complexidade envolvida no existir que não há como reduzir tudo isso em uma interpretação baseada em alguma epistemologia, muito menos fazer afirmações sobre uma categoria que possa valer para todos/as e por todas as épocas. Ainda que predomine nas Ciências Sociais os padrões de investigação baseados nos das Ciências Naturais devido a características como a descrição, previsão e explicação de fenômenos (CABRAL, 2004), penso que a rigidez da visão social a partir de uma perspectiva positivista é um problema na área da Administração, no sentido de que restringe e reduz as diferenças e complexidades da realidade vivida. Então a pesquisa também é entendida aqui, em termos epistemológicos, como um “fazer” que se preocupa com a abertura para a realidade social, as vivências e lutas da participante. Se a minha tarefa nesta pesquisa é analisar o relato de Joana, devo considerar que:

Estas palavras podem apenas lhe dar algo da pessoa que estou tentando compreender, alguma parte da instância verbal dessa pessoa. Como não consigo entender verdadeiramente esta pessoa [...] poderíamos dizer que me são dados fragmentos da pessoa, fragmentos linguísticos de algo chamado pessoa. [...] Por um lado, temos uma autodescrição, e isso é para ser honrado. Estas são as palavras com as quais este indivíduo se entrega para ser compreendido. Por outro lado, temos uma descrição de um eu que se passa em uma linguagem que já está acontecendo, que já está saturada de normas, que nos predispõe enquanto procuramos falar de nós mesmos (BUTLER, 2004, p. 68).

É importante destacar ao/a leitor/a que não busquei um resultado que fosse final, definitivo ou algum “sentido oculto”. Em vez disso, a minha preocupação esteve mais comprometida na construção desta pesquisa com a exploração de ideias e de possibilidades que emergiram da perspectiva teórica e epistemológica. Portanto, o verbo “compreender” é entendido aqui como uma tentativa de se produzir um aprofundamento sobre o objetivo proposto, reconhecendo que uso do verbo está atravessado por uma temporalidade social e por um contexto normativo. Assim como Butler (2019d) enfatiza a impessoalidade da norma, no sentido de que os termos pelos quais reconhecemos o outro e o relato de si mesmo não são só nossos, e que não há como afirmar que as normas que possibilitam o reconhecimento contemplam todos/as nós, entendo que a construção teórica em que esta pesquisa se sustenta potencializa o alargamento e o deslocamento do quadro normativo que restringe as possibilidades do reconhecimento e do verbo “compreender”.

Nesse sentido, a proposta da análise não foi inferir da participante uma suposta ruptura do contexto normativo no qual vive por meio de uma concepção voluntarista do sujeito. A proposta foi enquadrada em relação aos modos como a participante vivenciou e vivencia a situação de vulnerabilidade, como ponto principal em seus desdobramentos relacionados ao gênero e o trabalho, baseada em três categorias principais obtidas a partir da transcrição do relato: a) transição e destransição de gênero; b) trabalho e c) vulnerabilidade.

1.1 SOBRE JOANA

Particpei em 2017 como ouvinte de uma fala que Joana fez em um contexto público no qual Joana relatou sobre si mesma e o contexto que vivia. Acredito que na ocasião havia mais de cem pessoas em total silêncio enquanto Joana falava, e ainda me lembro de como a sua fala me atravessou e deixou marcas em meu corpo, sei que algumas carregou até hoje. Quatro anos depois, entrei em contato com Joana e ela aceitou participar deste estudo, que naquele momento ainda não possuía uma forma muito definida.

Joana me convidou para conversarmos em sua casa, que fica no centro da cidade. Ela me recebeu numa tarde de primavera particularmente quente, e conversamos em um espaço que ela usava como estúdio de tatuagem até ser impedida de atender pela vigilância sanitária durante a pandemia, o que ela suspeita que seja algum tipo de perseguição pois a visitavam frequentemente para verificar se estava atendendo enquanto os outros estúdios de tatuagem da cidade continuaram funcionando normalmente.

Conversamos por horas numa dinâmica que tinha como uma das propostas centrais o reconhecimento, deslocando as posições de entrevistador e entrevistada que usualmente constituem o ritual de uma entrevista para uma pesquisa científica. Tinha apenas uma pergunta: “Quem é Joana?”, e após essa pergunta inicial a conversa seguiu um caminho que foi sendo construído por mim e por Joana naquele mesmo momento. Resumo em seguida alguns detalhes do relato produzido por Joana e que foram analisados na pesquisa.

Joana (52) mora em uma cidade média-pequena no norte do Paraná, se identifica como mulher trans, manifesta quem é por meio da arte e teve que negociar aspectos importantes de si mesma para tentar sobreviver e trabalhar em meio a um contexto difícil. Deixou sua casa aos quinze anos na cidade de São Paulo (SP) onde vivia com a mãe e mais quatro homens sob constante vigilância dos seus atos relacionados ao gênero. Mesmo vivendo num contexto de vigilância, foi na casa da mãe que Joana foi vítima de um estupro praticado por um amigo da família.

Após a saída de casa, Joana foi trabalhar no mercado do sexo, viveu num contexto de marginalidade onde encontrou dificuldades, mas também a possibilidade de expressar a sua existência como mulher trans, o que teve um impacto muito forte em sua vida. Em certo momento a vida em situação de vulnerabilidade se tornou insuportável e Joana deixou a cidade. Seu destino era a cidade de Porto Alegre (RS), mas ficou no Paraná, numa viagem que para ser feita com alguma segurança, teve que mudar a sua apresentação de gênero e se apresentar como homem pois Joana se sentia desprotegida e vulnerável: “eu tinha tido sabe, passado por coisas assim sabe, bem horrorosas lá, entendeu, e eu precisava ter alguma coisa pelo menos pra eu poder viajar e comer”, ela diz se referindo ao contexto que vivenciou em São Paulo.

A apresentação masculina de Joana permaneceu após o término da viagem, pois o contexto que encontrou foi extremamente opressivo em relação a sua existência como mulher trans. Ela relata ter sacrificado a sua identidade de mulher trans para poder sobreviver, o que envolveu manter a apresentação masculina, agora como “João”, para conseguir emprego e garantir as condições mínimas para a sua sobrevivência. Isso possibilitou a realização de alguns dos seus objetivos, como a constituição de uma família, mas também representou um enorme sofrimento e trouxe implicações violentas na sua vida e na de seus familiares.

Agora você lê como Joana se descreve:

Ah, eu não sei, eu sou uma pessoa acho que não muito comum, lógico, eu venho da arte né, a gente que vem desse outro plano material que é ser artista e viver da arte, a gente né tem toda essa coisa assim sabe, de idealismo mesmo, de sonho, de debater e discutir coisas que muitas vezes não se debatem e não se discutem em muitos lugares, em muitos tempos, em épocas. [...] Então eu sou assim, eu sou isso, a minha identidade vem junto com a militância, a militância e a arte eu não sei onde que separa uma da outra, entendeu, por isso que eu sou uma pessoa que eu me identifico muito com o movimento punk, que é de todo esse negócio dessa contracultura, a contracultura da mídia, a contracultura de massa, entendeu, a cultura religiosa imposta por instituições, imposta pelo Estado, entendeu, então é... Tudo o que eu faço assim sabe, sempre envolve isso, e envolve isso numa necessidade que quando eu me dou conta, passou de mim (JOANA).

Joana constitui a sua singularização pela produção de diferenças. Seu relato está distribuído pela pesquisa, pensada como uma proposta de evidenciar como alguns aspectos problemáticos relacionados ao gênero e trabalho, comumente vistos como distantes, mas que estão profundamente imbricados. O percurso teórico se inicia com a relação entre sujeito e organizações, passa pelo gênero e o reconhecimento, e finaliza com a junção desses aspectos para pensar a vulnerabilidade.

2 O CORPO E AS ORGANIZAÇÕES

Gostaria de começar por um aspecto que forma parte do horizonte no qual se desenvolve o problema desta dissertação, que é a relação entre corpo e organizações. A proposta desta seção introdutória é relacionar de forma breve sujeito, normas e organizações para nos ajudar a pensar a problemática questão do trabalho e da vulnerabilidade quando consideramos a ininteligibilidade de gênero, com o apoio do relato de Joana na próxima seção. Esse caminho é importante para entendermos que os efeitos das relações de poder que normalizam e regulam corpos nos afetam como “povo” na medida que interferem diretamente nas circunstâncias de trabalho, um ponto que também pode ser compreendido como uma questão que constrange a possibilidade de sermos plurais.

A noção de “organizações” não está restrita à noção de empresas pois o sentido do termo é amplo e se estende a instituições, entidades públicas, políticas e sociais, bem como a diferentes tipos de vida social organizada (THIOLLENT, 2014). Recorro a um sentido do termo que se refere ao contexto empresarial quando uso o termo “organizações” nesta pesquisa, entendendo as organizações não como espaços neutros e separados de seus contextos sociais, mas como espaços profundamente emaranhados no tecido social, investidos por aspectos culturais e jurídicos, por exemplo, que participam do processo da vida organizada (CARRIERI, 2014). Especificamente, me refiro aos espaços de trabalho mais usuais, pequenas e médias empresas, e não necessariamente ao contexto formal de grandes empresas, que podem contar com a adoção de medidas relacionadas ao gênero para o acesso e permanência de corpos ininteligíveis.

A metáfora de “recursos humanos” é útil para o entendimento do tipo de importância que uma visão fortemente orientada para o mercado atribui ao sujeito: os corpos são recursos. A investigação genealógica de Foucault evidencia o início de uma mudança na percepção do corpo a partir do século XVII, que teria passado de um corpo como um simples objeto de dominação, submetido a um poder soberano e detentor do direito de matar, para um corpo produtivo, capaz de atuar na movimentação de um contexto econômico (FOUCAULT, 2014a, 2019). Como recursos os corpos passaram a ser gerenciados, serializados e normalizados numa

massa populacional produtiva que deveria viver, e um dos elementos fundamentais no processo de “fazer viver” foi a demarcação entre o normal e o anormal (FOUCAULT, 2008).

A demarcação do normal e do anormal é fundamental para entendermos que a precarização das circunstâncias de trabalho para corpos constituídos como ininteligíveis é apenas um aspecto que faz parte de um amplo conjunto de processos que envolvem a vida social. Proponho nesta seção partir da noção de poder em Foucault para trazer alguns aspectos da demarcação do normal e do anormal com foco na sexualidade e no sujeito, e em seguida comentar sobre as organizações como materialidades investidas de poder a partir de um recorte de gênero.

Uma das principais contribuições de Foucault foi a teorização sobre a sua concepção de poder, que se distancia de uma noção de poder soberano, como se que alguém possuísse “o” poder ou que estivesse centralizado no Estado, de modo que operaria de cima para baixo por uma via estritamente repressiva (FOUCAULT, 2014a). Operando como relação (em vez de repressão), sua noção de poder é entendida como multiplicidades de correlações de forças sociais “que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e nas instituições que servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o corpo social” (FOUCAULT, 2019, p. 102).

Essas correlações de forças não se localizam em um ponto específico (e.g., soberania ou Estado), mas são inerentes às redes que permeiam o corpo social e constituem processos econômicos, saberes legitimados, normas culturais e jurídicas por meio do que chama de relações de saber-poder:

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber são diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder (FOUCAULT, 2014a, p. 31).

Se houve uma nova percepção de valor sobre os corpos, então podemos considerar que também uma percepção de valor sobre o gênero, um sujeito de gênero que seria mais “rentável”? Foucault pode contribuir com essa questão com a sua

noção de sujeito, que é o aspecto central de seus trabalhos (FONSECA, 2011), fazendo uso de sua noção de saber-poder para entender que se criou na soma da pluralidade de um contexto histórico (i.e., Modernidade) as condições de possibilidade para o surgimento de modos de objetivação e de subjetivação (que fazem do indivíduo um sujeito) por meio do que chama de dispositivo da sexualidade. Em seus termos:

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a (FOUCAULT, 1995, p. 235).

A principal preocupação do trabalho de Foucault foi com “o sujeito”, dedicando-se a entender os diferentes modos de objetivação e de subjetivação, pelos quais os indivíduos se tornam sujeitos em contextos culturalmente localizados, apoiado na noção de poder produtivo. A sexualidade é um tema central desse trabalho pois não só representou a categorização de um comportamento, mas passou a marcar e constituir quem o sujeito é: ou se é um sujeito normal e adequado (i.e., em conformidade com os discursos normalizadores que pululavam) ou se é um sujeito anormal e perverso.

Parte de suas produções tratou dos modos como o sujeito moderno é constituído. Contrário a afirmação de que nós temos um “eu” (i.e., *self*) autêntico e sem interferências do contexto social, Foucault questiona a noção naturalista do “eu” e a noção individualista de que nós temos total habilidade para “nos fazer” e que sempre estamos no controle do nosso “eu”, independente do contexto social. Foucault esteve interessado em como o indivíduo está socialmente implicado em relações de saber-poder e como nós negociamos e navegamos a nossa posição dentro do contexto histórico de restrições que vivemos.

Seu interesse se direcionou para a constituição de modos de objetivação do sujeito, inicialmente por meio da busca por enfatizar como “o sujeito” tornou-se um saber possível na Modernidade (CANDIOTTO, 2006). Resulta que toda uma produção de saberes sobre a sexualidade e a loucura, por exemplo, esteve relacionada com

modos de objetivação e de subjetivação, no sentido de que as relações de poder legitimaram o saber científico, tornando possível a objetivação de indivíduos como sujeitos por meio de saberes e práticas que criaram e diferenciaram a normalidade da anormalidade (FOUCAULT, 1978, 2019).

Nesse sentido, o sujeito e sua identidade são os efeitos de operações de regimes de verdade que se realizam em certos pontos da história. O “homossexual”, o “anormal”, o sujeito de “boa sexualidade” e o “heterossexual”, enquanto categorias, são faces do prisma que constitui o específico sujeito sexuado moderno, que se realizou pelo simultâneo emergir de um amplo número de fatores sociais arbitrários, porém coexistentes como, por exemplo, o emergir da psicologia clínica e o desenvolvimento das ciências da sexologia, que criaram saberes sobre esse sujeito sexual; assim como o modo de produção de uma “verdade” por meio de discurso confessional (FOUCAULT, 2014a). Todos esses fatores, juntos, produzem um tipo de sujeito em determinado momento histórico.

Dessa forma, não se toma como ponto principal apenas o modo como as ciências produziram saberes, mas também investiga quais eram as vozes que competiam e quais vozes foram simplesmente ignoradas. No contexto do século 18 que Foucault (2014a) investigou, nota-se também a crescente preocupação com a garantia do povoamento, a percepção de valor produtivo nos corpos para trabalho, o interesse pelo controle e a docilidade dos corpos como algumas das condições que possibilitaram a criação da categoria “sexo” (FOUCAULT, 2019), “construída como um ‘objeto’ de estudo e controle, que ajuda na elaboração e justificação de regimes de poder produtivos” (BUTLER, 2008, p. 92), sempre no mesmo processo binário de diferenciação entre normalidade e anormalidade, que separaram as práticas que constituíam os sujeitos de “boa sexualidade” das práticas dos sujeitos “perversos”.

A categoria “sexo”, portanto, foi produzida como alvo de controle do poder produtivo, ou seja, a criação de saberes sobre o “sexo” e a “sexualidade” só foi possível como objeto de estudo, pois:

Foi a partir de relações de poder que a instituíram como objeto possível; e em troca, se o poder pôde tomá-la como alvo, foi porque se tornou possível investir sobre ela através de técnicas de saber e de procedimentos discursivos (FOUCAULT, 2019, p. 107).

Este fragmento é importante pois evidencia que “não há ‘sexo’ do qual uma lei que vem de fora se ocupa” (BUTLER, 2008, p. 96), pois a lei constrói o “sexo” como um objeto a ser controlado, e como o princípio formador e regulador da inteligibilidade do sujeito e de sua identidade, na mesma separação binária e mutuamente exclusiva em que ou se é “fêmea” ou “macho”.

O corpo passou a ser investido pela categoria reguladora “sexo”, que cria uma inteligibilidade (i.e., coerência) ao unificar um traço anatômico com uma atividade sexual e uma identidade. A regulação do “sexo” produz e naturaliza uma constrição do que se qualifica (ou não) como um sujeito apropriadamente sexuado ao conectar a categoria do “sexo” com a da “identidade”, de modo que “qualquer manifestação social de não-identidade, descontinuidade, ou incoerência sexual será punida, controlada, repudiada, reformada” (BUTLER, 2008, p. 97).

Também relacionada com a produção de saberes, a genealogia de Foucault aponta que a punição pela ininteligibilidade (e.g., incoerência) ocorreu por meio de práticas concretas, como a materialidade do discurso (i.e., as práticas discursivas) e as práticas não-discursivas (CANDIOTTO, 2006). Assim, a produção de verdades e de saberes científicos universais sobre “o sujeito” não ficou restrita apenas como saber, mas também materializou toda uma rede de estruturas conectadas por relações de saber-poder, das quais emergiram uma série de práticas confessionais, disciplinares e punitivas.

Foram erguidos consultórios, hospitais psiquiátricos e prisões, consolidando uma rede institucional investida de poder que possibilitou o confinamento, o exame e o adestramento desses sujeitos constituídos nesse regime de verdade como anormais (FOUCAULT, 2014a, 2019). Se a produção de verdades sobre o sexo, por exemplo, ocorreu por meio de práticas reguladoras que objetivaram naturalizar a sexualidade heterossexual separando os sujeitos segundo categorias de normalidade e anormalidade, nesse mesmo contexto histórico o poder jurídico e diferentes instituições reforçavam condutas desejáveis e puniam os corpos que fugiam do ideal de sujeito normal:

Através de tais discursos multiplicaram-se as condenações judiciais das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual à doença mental; da infância à velhice foi definida uma norma do desenvolvimento sexual e cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis; organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos; em torno das mínimas fantasias, os moralistas e, também e sobretudo, os médicos, trouxeram à baila todo o vocabulário enfático da abominação (FOUCAULT, 2019, p. 40).

Dessa forma, a constante produção e reiteração desse novo modo de existência normalizado, fez com que outras expressões de existência e de sexualidade fossem marcadas como alvo de investigação. Os desejos e os comportamentos foram institucionalmente nomeados e classificados, foram criadas perversões, categorias psicológicas, psiquiátricas e médicas, o que possibilitou a materialização de medidas corretivas como o confinamento, a medicação da loucura para os indivíduos designados como loucos (CANDIOTTO, 2006), e o tratamento da perversão para aqueles designados como homossexuais e anormais, de modo que a sexualidade passa a ser o fator que constitui o sujeito e sua identidade, e “nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade” (FOUCAULT, 2019, p. 48).

Portanto, na perspectiva foucaultiana o sujeito é histórico e assim como ninguém é radicalmente excluído do sistema de saber-poder, todos são, de alguma forma, sujeitados, até mesmo os “loucos” e os “anormais”. Os sujeitos “anormais” não foram simplesmente excluídos, mas foram alvo de sanções do poder por terem sido especificados e posicionados como existência-fronteira, como o limite da inteligibilidade. A prisão e suas práticas, por exemplo, são materialidades investidas de poder (BUTLER, 2017) que aplicam sanções para os sujeitos designados como indesejáveis e infratores, constituindo um modo de sujeição disciplinar no qual o indivíduo é objetivado na identidade do prisioneiro por meio de métodos disciplinares em uma relação de docilidade-utilidade:

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. [...] A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos de obediência) (FOUCAULT, 2014a, p. 135).

Essa tecnologia de poder disciplinar participa de um processo de sujeição que também repele a singularidade do indivíduo ao determinar a obediência do corpo às normas e restrições institucionais militares. Isso permite o controle minucioso e a manipulação das operações do corpo, como o controle físico e burocrático por meio de rígidas hierarquias e da relação entre a distribuição dos corpos e seus movimentos na instituição, por exemplo. Nesse processo, as normas e restrições constituem controles produtivos de normalização, de modo que a prisão “age sobre o corpo do prisioneiro, mas o faz obrigando-o a se aproximar de um ideal, de uma norma de comportamento, de um modelo de obediência” (BUTLER, 2017, p. 91).

Nesse sentido, a prisão representa um contexto institucional no qual o corpo confinado torna-se alvo do poder, que se manifesta de modo muito mais direto e explícito no processo de sujeição. Foucault (2014a) diz que a sujeição do prisioneiro não acontece apenas por meio do gerenciamento dos corpos, mas também pela produção institucional de novos enquadramentos jurídicos que reconhecem a “identidade” do sujeito prisioneiro, ao mesmo tempo que esse é constituído por meio das práticas disciplinares e do contexto investido de poder no qual se encontra: como a obediência a rígida hierarquia, a distribuição em celas e filas, o controle dos horários das atividades e a constante vigilância de si e do outro.

É importante destacar que por ser um processo, a sujeição é um constante “tornar-se”, de modo que não há um “eu” anterior no prisioneiro que possa ser libertado, pois o corpo não é ontologicamente distinto do processo de construção que sofre (BUTLER, 2019e), ou seja, não há uma essência do sujeito que se conserva e possa ser libertada, pois para Foucault, a sujeição não é simplesmente uma subordinação, mas:

[...] é, literalmente, a *feitura* de um sujeito, o princípio de regulação segundo o qual um sujeito é formulado ou produzido. Essa sujeição é um tipo de poder que não só unilateralmente *age sobre* determinado indivíduo como uma forma de dominação, mas também *ativa* ou forma o sujeito (BUTLER, 2017, p. 90).

Assim, a sujeição é entendida como a “feitura” do sujeito e implica que o sujeito não surge ao nascer, mas é instituído sempre em alguma relação com contextos institucionais e momentos históricos específicos. Por ser um processo que requer a constante reiteração para funcionar, existe a possibilidade de que o sujeito seja

instituído de modo que não reforce as estruturas de poder, e mesmo que limitada em alguns contextos, também existe a possibilidade de agência dentro das restrições, o que possibilita alguma subversão do processo de sujeição (BUTLER, 2017).

Então como as organizações estariam implicadas nessa percepção de valor do corpo e do gênero? Seguindo com a perspectiva foucaultiana, podemos entender as organizações como materialidades investidas de poder, no sentido de que a materialidade das organizações, assim como o exemplo das prisões, não está separada das relações de poder investidas sobre ela, pois se trata de um processo inseparável entre materialidade e “investimento” por relações de poder (BUTLER, 2017) que também atuam na constituição das organizações em determinado contexto histórico.

Então se considerarmos as organizações como materialidades investidas de poder, e que no nível macropolítico constituem parte do modo que nos organizamos socialmente, é nessa mesma conjuntura que se constrói em diferentes níveis a “importância” do emprego e dos códigos de inteligibilidade que constituem o ideal corporal para o contexto organizacional, ou seja, o que é aceito e o que não é. É nesse sentido que os códigos de inteligibilidade constituem parte do que podemos chamar de um processo de regulação corporal que também ocorre no contexto organizacional. Não se trata de uma simples regulação que apenas permite ou proíbe, mas de um processo de normação que demarca as diferenças entre o que deve ser considerado normal e o que deve ser considerado anormal, de modo que a delimitação entre normal e anormal se dá a partir da norma (FOUCAULT, 2008).

“A norma” é um ponto importante para entendermos que a sexualidade e o sujeito se constituem em meio a um contexto normativo. Macherey (1992) aponta a existência de uma intersecção na obra de Foucault entre uma concepção negativa da norma e uma concepção positiva. Em seu aspecto negativo, Macherey (1992) destaca a constituição de um padrão de anormalidade: o permitido e o proibido; já uma concepção produtiva da norma seria marcada pela constituição de um padrão de normalidade: o normal e o patológico. A questão da sexualidade está profundamente implicada com a concepção produtiva da norma.

Macherey (1992, p. 188) diz que “a norma só pode ser pensada historicamente, em relação aos processos que a trazem à existência”, no sentido de que a norma não

é transcendental, algo já definido e fixado para todo o sempre. O autor aponta a imanência como característica da norma, constituída a partir ações históricas e sociais, de modo que a norma não é independente de sua ação, ou seja, não está em posição de exterioridade à ação. Assim, só podemos pensar a norma a partir das consequências de sua ação, a partir de seus efeitos. Então quando pensamos na sexualidade a partir de Foucault, fica evidente que não há uma sexualidade “em si”, ou seja, não há uma origem da sexualidade que esteja fora das ações históricas e sociais que a constituíram como fenômeno (MACHEREY, 1992).

Ainda pensando no contexto histórico-social a partir de um nível macro, Macherey (1992) aponta que as normas participam da constituição de um domínio de subjetividade e um campo de experiências possíveis em que ser sujeito é situar-se e “pertencer” nesse contexto normalizado, é ser reconhecido — e isso implica na cristalização da norma por sua eficácia. Então ser um sujeito:

[...] é, portanto, literalmente ser “assujeitado”, não no sentido de submissão a uma ordem que é exterior e supõe uma relação de pura dominação, mas a uma inserção de indivíduos, de todos os indivíduos sem exceção e sem exclusão, em uma rede homogênea e contínua, um aparato normativo, que os reproduz e os transforma em sujeitos (MACHEREY, 1992, p. 180).

A questão da norma é importante para evidenciar que as relações de saber-poder materializam práticas que interferem diretamente nos corpos. Podemos recuperar como exemplo a normalização disciplinar, que:

[...] consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tomar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz (FOUCAULT, 2008, p. 75).

Essa visão sobre a norma é importante para entendermos que o processo de precarização do trabalho para corpos constituídos como ininteligíveis está diretamente implicado com esses aspectos histórico-sociais que constituem a partir das normas de gênero quais são os corpos normais e, portanto, ideais para o contexto do trabalho. Frequentemente as organizações são vistas como espaços sem gênero, contando apenas com hierarquias formais e cargos para serem preenchidos. É justamente esse aspecto que foi problematizado por pesquisadoras feministas, que trazem as

organizações como espaços que não são neutros em termos de gênero, mas como espaços generificados de dominância de corpos masculinos heteronormativos (ACKER, 1990; FLORES-PEREIRA, 2010; HOPE, 2011; KERFOOT, 2000).

É importante entender como as relações de poder estão atuando no contexto do trabalho em relação aos corpos que não estão em conformidade com o ideal corporal normativo, pois não se trata apenas da restrição do acesso aos espaços empresariais para somente aqueles/as que atendem ao ideal normativo de corpo, mas também de uma série de práticas no contexto organizacional que interferem diretamente nos corpos que ocupam esses espaços, uma forma de “policimento” corporal baseado nas normas de gênero que penaliza os corpos que não estão em conformidade com elas.

Então a materialidade da organização pode ser entendida como generificada, ou seja, a organização como uma materialidade investida por discursos normativos de gênero (ACKER, 1990), e como gênero é parte constituinte da estrutura organizacional, que é generificada a partir da heteronormatividade (SCOTT, 1995), são produzidos problemas relacionados ao gênero como hierarquias corporais (ACKER, 1990, 2011), discursos de teor homofóbico (POMPEU; SOUZA, 2019), e práticas que desumanizam corpos trans (O'SHEA, 2020).

Acessar o contexto de trabalho formal para um corpo que desloca as normas de gênero está associado a diversos tipos de restrições, como evidenciado no estudo de Carletto et al., (2021), realizado na cidade de São Paulo e que evidencia diferentes barreiras para pessoas trans acessarem um trabalho. Os tipos de restrições mais presentes estão relacionados com diferentes tipos de preconceitos vivenciados em vários aspectos da vida social, que implicam principalmente na saída precoce de casa e da escola, e na posterior falta de qualificação profissional formal.

Esse aspecto é evidenciado pelas inúmeras dificuldades enfrentadas por corpos ininteligíveis que procuram um emprego e pelos corpos que ocupam uma posição de trabalho no contexto organizacional altamente regulado. Pessoas trans sofrem discriminações no ambiente de trabalho por deslocarem as normas de gênero, especialmente as mulheres trans (THANEM, 2011), que também enfrentam um contexto ainda mais difícil na procura por um emprego pois as chances de um homem

trans conseguir acessar os espaços de trabalho usuais é maior do que a de uma mulher trans (SILVA; LUPPI; VERAS, 2020).

Pode se argumentar que a pressão em prol de maior diferenças no contexto organizacional é mais social do que corporativa, aumentando os motivos para questionarmos os modos que as organizações têm atuado (ainda que em “colaboração” com propostas de equidade de gênero) em seus processos e práticas cotidianos, pois mesmo nos nichos que contratam pessoas que não são aquelas que representam o ideal de “sujeito para o trabalho”, essas pessoas enfrentam um contexto de trabalho problemático, ocupando cargos afastados do contato com clientes e sem perspectivas de ascensão profissional, evidenciando a falta de preparo das organizações em relação a garantias de um contexto organizacional equitativo (PRESSE, 2021). Segundo a Human Rights Campaign Foundation, corpos ininteligíveis são expostos a situações de abuso no contexto do trabalho devido à discriminação de gênero e sequer podem contar com o suporte de posições hierárquicas superiores da estrutura organizacional nesses casos (HRC, 2018).

Medidas afirmativas são necessárias para mudar esse cenário. Na Argentina foi criada uma cota para pessoas trans trabalharem no setor público (BERNARDES, 2020). No estado de Santa Catarina foi publicada a Lei Estadual nº 17.993/2020 que “dispõe sobre a proibição de inquirir sobre a religião e a orientação sexual de candidatos, em questionários de emprego, admissão ou adesão a empresas públicas ou privadas, sociedades, associações, clubes e afins” (ALESC, 2020). Outras iniciativas como a Transempregos e EducaTRANSforma atuam no sentido de construir uma ponte entre pessoas trans e organizações com iniciativas relacionadas a diferenças. É um problema que tenhamos que contar com a iniciativa das organizações para ajudar a resolver este problema, um programa nacional de empregos seria um começo para mudar esse contexto tão problemático.

O que vimos sobre o sujeito com Foucault, as normas com Macherey e as organizações como materialidades investida de poder evidencia que a relação entre o corpo e as organizações é uma questão que não está restrita a uma simples oportunidade de emprego ou a alguma política afirmativa. Esses aspectos representam uma parte importante da questão, mas aqui somos provocados/as a questionar um histórico sistema de categorização de corpos e sujeitos que recorre a

uma suposta naturalidade e discursos de saber. O que Foucault nos mostra é que esse sistema está profundamente implicado em processos que delimitaram o normal e o anormal também a partir da sexualidade, e que essa criação que passou a marcar quem alguém é.

Diante disso, a implicação das organizações no contexto social é um sério aspecto a ser considerado principalmente quando falamos sobre corpos constituídos como anormais. Diante disso, optei por abordar o gênero principalmente a partir de uma perspectiva de análise que opera em um nível epistemológico, precisamente no esforço de desnaturalização para evidenciar o quão violento é o modo que as organizações estão diretamente implicadas com a ameaça e a produção de vulnerabilidade, manifestada principalmente nas circunstâncias associadas ao desemprego, especificamente para os corpos constituídos nessa posição de exterioridade do normal.

3 ENTRE O RECONHECIMENTO E O NÃO RECONHECIMENTO, OU ENTRE JOANA E JOÃO

Gostaria de iniciar esta seção a partir do argumento que emerge dos trabalhos de Judith Butler, ao sugerir que o reconhecimento como sujeito inteligível pode constituir uma das condições para a legitimação social de uma vida reconhecida como uma vida que importa. A existência não é abstrata, é corporal, e a dependência de outros corpos é uma condição que nos acompanha durante a vida: temos história, contexto, recebemos cuidados de relações que possibilitaram a nossa sobrevivência e que nos constituíram assim como também constituímos no decorrer do tempo (BUTLER, 2018). Como seres dependentes estamos expostos/as durante toda a vida a circunstâncias que podem impactar profundamente os nossos caminhos, as nossas situações de vulnerabilidade e, no limite, a nossa sobrevivência. Assim, algumas dessas circunstâncias podem variar conforme o reconhecimento de alguém como um sujeito inteligível.

A questão do reconhecimento é fundamental para entendermos o relato de Joana, principalmente no sentido de entender que o contexto normativo ao mesmo tempo que constrange a partir do gênero as possibilidades de construção de uma vida vivível nos espaços usuais, também cria a possibilidade da sua própria subversão. Esse aspecto é importante para entender que a ação sempre é limitada num contexto e não posicionar Joana como alguém que decidiu seus caminhos voluntariamente, plenamente consciente das restrições e possibilidades que se apresentaram a ela, e que teria então optado por vivenciar todas as complexas situações que vivenciou, ciente de todas as implicações. Assim também é em relação ao gênero.

Nesse sentido, podemos dar continuidade no entendimento da sujeição como um complexo processo de constituição de sujeito a partir de uma visão do corpo em seu aspecto relacional, ou seja, a sua dependência de outros corpos para viver, de infraestrutura, de discursos e poderes institucionais que o precedem e condicionam a sua existência (BUTLER, 2017). Em *Vida Precária*, Judith Butler sugere uma visão do corpo que ajuda a compor este momento do texto:

O corpo tem sua dimensão invariavelmente pública. Constituído como um fenômeno social na esfera pública, meu corpo é e não é meu. Entregue desde o início para o mundo dos outros, ele carrega essa marca, a vida social é crucial na sua formação; só mais tarde, e com alguma incerteza, reivindico o meu corpo como meu, se é que o faço (BUTLER, 2019a, p. 46).

Esse aspecto relacional não considera o corpo apenas como uma conexão entre alguns corpos em uma rede de relações, mas como uma afirmação ontológica de que a própria vida e a ação do corpo são possibilitadas por suas relações constitutivas com outros corpos, de modo que os ambientes e os sistemas de interdependência social fazem parte da sobrevivência e do florescimento humano (BUTLER, 2018). O relato de Joana está atravessado pelo aspecto relacional na constituição de si mesma, seja pela ausência de suporte e por modos de interdependência exploradores, ou pela presença de ajuda e de cuidado em outros momentos. Esse aspecto também está associado com um pesar por ter passado por muito do que passou em sua vida, mas também como isso impactou no desejo de corresponder a ajuda recebida:

[...] quando eu comecei a perceber, a me perceber enquanto pessoa trans, o mundo que eu pertencia e gratidão das pessoas que sabe, que me arrancou dos buracos da vida muitas vezes, entendeu, então eu assim sabe, eu fui salva, fui resgatada de quinhentas mil situações de morte, milhões de vezes por muitas pessoas, entendeu, e eram pessoas que tinham, entendeu, acho que sabe, sei lá, essa postura que eu tento ter, entendeu, eu tento ser pelo menos uma sombra do que elas foram, que eram pessoas que também doaram a vida inteira delas pra sabe, pra fazer isso né, pra colaborar sabe com a existência de alguém, com a sobrevivência de alguém. [...] É uma luta de sobrevivência, vai ficar bem quem é mais forte, a diferença é que muitas as que são mais forte costuma ajudar as outras a aprender a também ser forte, entendeu, então na nossa comunidade tem muito isso, e essa coisa fez eu ter essa, sabe, toda essa vontade de corresponder um pouco do que fizeram por mim, entendeu, sabe, de retribuir. Não sei se retribuo, mas eu tento retribuir o que fizeram, entendeu (JOANA).

O aspecto relacional do corpo está diretamente ligado ao reconhecimento. Se, de alguma forma, a nossa existência é reconhecida socialmente, é por sermos reconhecidos segundo enquadramentos que delimitam o que ou quem somos ao olhar do/a outro/a (BUTLER, 2019b). Nesse sentido, o reconhecimento é uma das condições de existência do sujeito e, paradoxalmente, o reconhecimento por meio da sujeição pode ser entendido como uma condição de dominação e como uma condição

criadora de possibilidades de subversão (BUTLER, 2017). Podemos entender a importância do reconhecimento quando questionamos:

O que conta como pessoa? O que conta como um gênero coerente? O que se qualifica como cidadão? De quem é o mundo legitimado como real? Subjetivamente, perguntamos: quem posso me tornar em um mundo onde os significados e os limites do sujeito são definidos de antemão para mim? Por quais normas sou restringido quando começo a perguntar o que posso me tornar? E o que acontece quando eu começo a me tornar aquilo para o qual não há lugar dentro do regime de verdade dado? (BUTLER, 2004, p. 58, tradução minha).

Esses questionamentos políticos e ontológicos implicam no reconhecimento social e jurídico de quais vidas importam e quais não importam, pois longe de uma noção universalista do sujeito, esse fragmento nos provoca a questionar um excludente sistema de categorização que não apenas reconhece, mas participa normativamente na constituição de um sujeito a partir do gênero. Então gostaria de recuperar a teorização de Judith Butler sobre gênero para trabalhar esse aspecto na discussão da pesquisa a partir de uma perspectiva principalmente epistemológica, no sentido de desnaturalização de aspectos do gênero que frequentemente são vistos como “naturais”.

A relação entre o gênero e o reconhecimento não está restrita a esfera “privada” da vida, mas demonstra ser uma relação com profundas implicações políticas ao fixar o gênero designado no nascimento como base para a inteligibilidade, bem como a subsequente determinação de um estatuto de sujeito de direitos, com acesso a proteções legais e participação política específica. O processo de interpelação inicial implica não só na posterior marginalização da pessoa que desloca as normas que delimitam o enquadramento do sujeito inteligível, implica também no constante esforço de quem está dentro dos limites desse enquadramento para se adequar e aproximar dos ideais e normas que constituem o sujeito inteligível (BUTLER, 2019c, 2019e).

Ainda que “o sujeito” não surja ao nascer, pois não possui *status* ontológico, é a partir das primeiras oportunidades de apontar o “sexo” da criança que se inicia o processo de sujeição. É no contexto institucional do nascimento o momento em que

“o sujeito” emerge para a sociedade, quando a criança é recebida e tratada com base no gênero que lhe é designado: “é um menino!” ou “é uma menina!”:

Com efeito, tal generificação será acompanhada por um sem-número de enunciados tributários ao ato generificador fundacional: “é uma menina” será seguido por “não diga palavrões”, “cruze suas pernas ao sentar”, “não pratique esportes agressivos”, etc.; a “é um menino” segue “não chore”, “seja forte”, “abra suas pernas ao sentar”, “fale grosso”, etc.; atos de fala que visam conformar um corpo às normas de coerência entre sexo, gênero e desejo que constituem a matriz de inteligibilidade (BORBA, 2014, p. 462).

Assim, esse ato de designar um gênero a uma criança em seu momento mais vulnerável é algo vivenciado diariamente e movimenta uma estrutura cultural e jurídica que atribui uma coerência a essa criança, tomando como base o seu “sexo” para o registro de documentos oficiais, que determinam em termos legais quem essa criança é (menino ou menina) e criam possibilidades para o reconhecimento no estatuto de sujeito no decorrer de sua existência. Joana foi recebida e tratada como menino a partir do seu “sexo”, ou seja, emergiu em um contexto normativo estruturado que demarcou as condições de seu reconhecimento e de identificação de si mesma associadas a um ideal de masculinidade.

Não entendi como uma questão importante questionar Joana sobre os detalhes de uma suposta identificação nos momentos iniciais de sua vida ou se houve algum momento específico que tivesse representado um profundo senso de si mesma estruturado a partir de uma feminilidade, principalmente por sermos incapazes de produzir tal relato (BUTLER, 2019k), e por entender esse aspecto como um posicionamento ético que está relacionado a fazer do gênero algo mais vivível. Assim, a proposta não foi que Joana produzisse um relato linear e coerente de si mesma, por entender que tal produção está implicada numa miríade de termos normativos e de inteligibilidade que, como veremos a seguir, limitam de forma problemática as possibilidades de reconhecimento, principalmente de alguém constituído como ininteligível.

O relato de Joana sobre a fase inicial de sua vida está atravessado pela vigilância de si mesma e de seus atos por seus familiares. Ela relata que vivia sob perseguição de sua família pois apanhava por “agir naturalmente” sempre que “perdia a guarda”, sempre que perdia a atenção de onde estava e perto de quem estava. Essa

constante vigilância evidencia a força coercitiva para a adequação de seu corpo àquilo que era esperado de um menino. Joana diz que passou então a “fazer as coisas” e “se soltar” quando não havia ninguém perto dela, ninguém para controlar o modo como fazia gênero.

Trabalhando com a noção de poder produtivo de Foucault, Butler chama a atenção para a sujeição como fundadora do sujeito inteligível, que é a sujeição normativa do “sexo”. Seu argumento é que o sujeito inteligível emerge inicialmente quando o gênero atribuído a criança com base no seu “sexo” é o mesmo que ela se identificará no decorrer de sua vida, e a inteligibilidade pressupõe e depende da materialização da coerência entre “sexo”, gênero, prática sexual e desejo, conforme a matriz de gênero normativa (BUTLER, 2019c). Então a sujeição para Butler não é algo que alguém se submete voluntariamente, “mas como uma etapa pela qual o sujeito, o 'eu' falante, é formado em virtude de ter passado por esse processo de assumir um sexo” (BUTLER, 2019a, p. 17). Dessa forma, o processo de assumir um sexo está relacionado a uma identificação normativa, de modo que rechaça outras identificações que não a heterossexualidade.

De modo simplificado, podemos entender a materialização dessa coerência como: a parte corporal socialmente construída como “sexo” determina o gênero, o que envolve não apenas restringir o desejo e a prática sexual somente por alguém do “sexo” oposto, mas prescreve a essa vida quais serão os seus papéis sociais e suas severas constrictões que limitam e regulam desde o início a liberdade de gênero ao determinar que tipo de vida que “o sujeito” deverá viver. Diante das inúmeras restrições que impõe, a designação de gênero representa uma coerção que poderá impactar profundamente nos caminhos de uma vida. Certamente impactou na vida de Joana.

Esse é um ponto importante no pensamento de Judith Butler e que evidencia sua relevância crítica ao defender que não há uma verdade intrínseca e universal sobre o “sexo” ou uma “identidade” sexual biologicamente dada (BUTLER, 2019c, 2019e) ao contrapor o determinismo biológico pelo argumento de que não há um núcleo de gênero que esteja ligado à anatomia corporal. Dessa forma, coloca-se em questão as noções metafísicas de que a anatomia do corpo contenha uma essência,

uma verdade sobre o “sexo”, ou seja, que em um corpo designado no “sexo” masculino habite alguma identidade de gênero masculina e heterossexual, por exemplo.

Segue-se então que a questão da designação de gênero se refere às liberdades políticas e direitos legais, pois se o gênero designado no nascimento é o gênero que se deverá viver por toda a vida, será atribuído a esses poderes interpeladores iniciais o poder absoluto para definir o que alguém é e deverá ser (BUTLER, 2021). Joana entende que foi identificada e que essa identificação a colocava em risco:

[...] lá na infância, a gente ainda não se entende nada né, não se entende enquanto pessoa trans ou LGBT ou qualquer coisa, o que acontece primeiro é os outros identificar a gente, então quer dizer, eu falo eu fui identificada, eu não sabia o que que eu era, eu fui identificada. [...] uma parte da minha infância e adolescência era assim, eu, pra eu me manter segura, eu não podia ser eu. Eu tinha que policiar meus modos, eu tinha que policiar o que eu vestia, eu tinha que policiar o que eu falava, entendeu (JOANA).

Joana vivia na casa de sua família com a mãe e quatro homens, e apanhava por seus atos e desejos não serem aqueles esperados de um “menino”, o que ela relata não ter se identificado desde cedo em sua vida:

[...] em algum momento da minha vida eu me deparei que tinha diferença entre menino e menina, que eu achava que eu era uma menina normal até a hora que falaram que não, que eu não era, eu falei "como assim, porque que eu não sou?" (JOANA).

Esse foi um dos momentos da nossa conversa em que senti um forte pesar na fala de Joana, como se aquele momento tivesse representado uma ruptura na forma que ela se entendia. As normas de gênero eram citadas na maioria das ocasiões que Joana relatou ter sido advertida e vigiada na sua infância, evidenciando a constante cobrança para se adequar aos comportamentos de um menino. A identificação com o gênero designado no nascimento é um ponto importante do modo como o gênero é regulado socialmente, mas segundo Butler, essa identificação nunca é garantida:

A prática pela qual ocorre a generificação, a corporificação de normas, é uma prática obrigatória, uma produção forçada, mas não por isso totalmente determinante. Na medida em que o gênero é uma atribuição, trata-se de uma

atribuição que nunca é plenamente mantida de acordo com a expectativa, já que as pessoas a quem essas atribuições se dirigem nunca habitam completamente o ideal a que são obrigados a se assemelhar (BUTLER, 2019e, p. 382).

Nesse sentido, a identificação de Joana como menino nunca foi completamente habitada (se é que foi habitada em algum momento). Devido às diversas opressões vivenciadas por se distanciar dos comportamentos esperados de um menino, Joana percebeu desde cedo em sua vida que a sua identificação como menina a colocava em uma situação de risco: “[...] por conta dos jeitos de falar e tal, e eu percebia que aquilo ali era muito perigoso pra mim, aquilo ali me colocava sob um risco de morte o tempo todo”, e continua: “[...] eu nem sei o que eu sou, mas eu sei que eu pago muito caro pra ser o que eu sou.”

O corpo de Joana desloca os termos que constituem o que Foucault (2019) traz como um “sujeito de boa sexualidade” e também se distancia do ideal de inteligibilidade de gênero, o que afetou de forma muito problemática a constituição de si mesma desde cedo em sua vida. Foi com raiva que Joana relatou que em meio ao contexto de constante vigilância familiar, ela foi vítima de estupro aos doze anos de idade por um amigo da família, dizendo que quando pequena tudo era uma situação de risco, um risco que nem mesmo os olhos atentos dos familiares não impediram que seu corpo fosse violentado. Ela diz de modo intenso: “Então quer dizer, a minha família me destruiu enquanto criança, que eu não fui criança, mas me destruiu.”

Joana saiu da casa da mãe, na cidade de São Paulo, quando tinha quinze anos de idade e foi viver de prostituição na rua. Foi se constituindo em meio a esse contexto que Joana passou a considerar a sua identidade como um “paraíso sagrado”, ela diz, precisamente pela possibilidade de vivenciar o que foi ativamente negado no contexto familiar:

[...] quando eu saí de casa com quinze anos e que eu fui viver isso na rua, entendeu, eu percebi que eu conseguia ser eu, dentro daquele espaço bem pequenininho que é o espaço do gueto trans, do gueto da prostituição, que é um espaço bem pequenininho, que é pequeno, mas é o único que dá liberdade pra gente se desenvolver enquanto pessoa, entendeu, é o único. [...] Então quando eu consegui ser isso daí, eu percebi o quanto que isso expressava uma coisa de força, o quanto que era forte em ser eu, porque era forte (JOANA).

Ficou evidente na conversa com Joana a importância do contexto na constituição de si mesma, um contraste entre o contexto familiar altamente regulado o contexto problemático da marginalidade. Foi no contexto de marginalidade que Joana encontrou meios para se constituir como mulher trans, não mais sob os olhos atentos dos familiares e do contexto escolar, agora Joana se constituía precisamente em meio a um contexto de marginalidade que os atentos olhos normativos se recusam a olhar:

[...] a marginalidade por um lado, o gueto né, ele dá sabe, essa autonomia, entendeu, pra gente, então o gueto ainda pra nós que somos de minoria, pras minorias, entendeu, pros grupos minoritários, o gueto ainda é um fator que protege a gente, entendeu, tira a gente da observação da lei do Estado. Eu não sou obrigada a respeitar a lei do Estado dentro do gueto, entendeu, a lei do Estado não foi feita pra mim, ela foi feita pra quem tem dinheiro, foi feita pra quem tem poder político, entendeu, que não é o meu caso. Dentro do gueto é eu que tenho poder, não é o Estado, entendeu. [...] Eu sabia que pra eu viver de uma outra forma fora dali eu teria que não ser eu (JOANA).

Nesse ponto, é evidente o peso que a designação de gênero pode representar na vida de quem essa designação não faz sentido. Butler desenvolve uma densa teorização que envolve repensar as noções de “matéria” e “construção”, assim como uma série de reconsiderações epistemológicas para problematizar o gênero, que nos ajuda aqui a entender o relato de Joana. No que se refere ao “sujeito inteligível”, convém recuperarmos alguns de seus argumentos relacionados a uma a) verdade do sexo, e a b) materialização do sujeito inteligível, pois esse ideal de sujeito é o efeito histórico de normas de gênero, como de ideais de feminilidade ou masculinidade.

O mundo não apresenta uma face legível pré-discursiva que seria necessário apenas decifrá-la (FOUCAULT, 2014b), e como vimos anteriormente, os discursos de verdade não são neutros, mas criados e investidos por relações de saber-poder. A desnaturalização de discursos de verdade foi algo que Foucault abordou em seus estudos genealógicos em relação a produção de saber sobre a sexualidade e a loucura na Modernidade, e como essa produção constitui sujeitos. Do mesmo modo, a desnaturalização de uma suposta verdade sobre o “sexo” constitui não apenas um debate epistemológico, mas um posicionamento político contrário às restrições baseadas em discursos que defendem a biologia como destino, como criticado pela

filósofa existencialista Simone de Beauvoir em 1949: “ninguém nasce mulher: torna-se” (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

O “sexo” deixa de ser entendido como algo que traz em si uma verdade sobre uma identidade feminina ou masculina, e passa a ser entendido como construído socialmente num processo altamente regulado:

A categoria “sexo” é, desde o início, normativa; é o que Foucault chamou de “ideal regulatório”. Nesse sentido, então, “sexo” não só funciona como norma, mas também é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, ou seja, cuja força regulatória é evidenciada como um tipo de poder produtivo, um poder de produzir - demarcar, circular, diferenciar - os corpos que controla (BUTLER, 2019a, p. 15).

Butler aprofunda o entendimento do “sexo” como categoria normativa socialmente construída ao argumentar que não há um acesso direto ao “sexo” como um local pré-linguístico ou uma superfície em que se atua, exceto por meio de sua construção, e afirma que “uma vez que o “sexo” em si é entendido em sua normatividade, a materialidade do corpo já não pode ser pensada separadamente da materialização dessa norma regulatória” (BUTLER, 2019e, p. 17). Desse modo, a primazia de uma verdade inerente ao “sexo” é contestada em termos epistemológicos pelo argumento de que não podemos pensar o “sexo”, ou qualquer outra coisa, antes da sua construção discursiva e como anterior à linguagem, pois o “sexo” estaria ontologicamente inacessível ao conhecimento.

Esse argumento amplifica o debate sobre a construção social do “sexo”, pois o “sexo” deixa de ser visto como independente da cultura e inacessível às teorias sociais e suas críticas às restrições impostas pela produção de verdades e pela normalização do “sexo” e da sexualidade:

[...] já que não há nada por trás do sexo para fundamentar ou apoiar suas afirmações, o sexo nada mais é do que o conjunto de suas afirmações – isto é, tudo o que diz sobre si mesmo. É por isso que a verdade do sexo não se encontra em parte alguma, exceto na sucessão histórica de afirmações [*énoncés*] que constituem, por si só, o domínio de todas as suas experiências (MACHERY, 1992, p. 187).

Essa ênfase butleriana na desnaturalização não se refere “tanto uma oposição à natureza quanto uma oposição à invocação da natureza como modo de estabelecer limites necessários para a vida gendrada” (BUTLER, 2002, p. 157). É importante notar que nessa perspectiva, o “sexo” ou “o corpo” não são discursos, mas são efeitos discursivos, pois não há como pensá-los fora de um enquadramento epistemológico. Isso é diferente de afirmar a materialidade da vida corpórea simplesmente como discursiva:

Com certeza, corpos vivem e morrem, comem e dormem, sentem dor e prazer, suportam doença e violência; e esses “fatos”, alguém poderia proclamar com ceticismo, não podem ser rejeitados como mera construção. Deve haver algum tipo de necessidade que acompanha essas experiências primárias e irrefutáveis. E decerto há. Mas a irrefutabilidade dos fatos de modo algum compromete o que poderia significar afirmá-los por meios discursivos (BUTLER, 2019a, 11).

É nesse sentido que se argumenta que não há sexo pré-discursivo. Butler (2019e) coloca em debate a relação entre matéria e a linguagem ao questionar a matéria como um local sob o qual se constrói em vez do local como construído. Esse questionamento é importante pois em vez de opor construtividade e materialidade, conecta-se as duas noções, o que possibilita articular as relações de poder investidas na separação das noções de “matéria” e “construção” que produzem premissas fundacionistas, tidas como irredutíveis. Assim, entende-se que a matéria não é algo a espera de significação, mas a suposta materialidade irredutível do sexo poderia ter sido “construída por meio de uma matriz de gênero problemática, então a prática discursiva pela qual a matéria se torna irredutível ao mesmo tempo ontologiza e fixa a matriz de gênero nesse lugar” (BUTLER, 2019e, p. 58).

Essa argumentação possui uma potência epistemológica e política, no sentido de que o corpo não é redutível ao biológico, pois ao sugerir que a materialidade (“sexo”) é investida de poder, evidencia que o “sexo” só é reconhecido inseparavelmente daquilo que é fixado como as suas “funções”, sua inteligibilidade, ou seja, que a matriz de gênero participa da constituição da materialidade do “sexo”. Isso implica nos discursos que interferem na vida dos corpos quando definem quais funções sociais e de domínio reprodutivo devem ser restringidas a cada corpo sexuado:

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os nossos próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual 'a natureza sexuada' ou 'um sexo natural' é produzido e estabelecido como 'pré-discursivo', anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura (BUTLER, 2019v, p. 27).

Portanto, na medida que se produz um discurso de verdade sobre o corpo ou o "sexo", além da construção de um saber sobre uma parte corporal, esse saber será sempre epistemologicamente formado, sempre um saber que constrói discursivamente uma parte corporal e que sedimenta discursos sobre essa parte corporal, sem constituir, necessariamente, o acesso direto a uma verdade intrínseca. Resulta que o "sexo", assim como o gênero, são construções sociais, ou seja, o "sexo" é desde sempre gênero, desde sempre constituído em vez de constituinte (BUTLER, 2019e).

Isso nos leva ao segundo argumento, que se refere à materialização, seguindo que "sexo"/gênero é considerado um constructo, um ideal que é materializado por meio da reiteração de normas regulatórias que constroem sua aparência de naturalidade ao longo do tempo:

Uma vez que o "sexo" em si é entendido em sua normatividade, a materialidade do corpo já não pode ser pensada separadamente da materialização dessa norma regulatória. Portanto, o "sexo" é não apenas o que se tem ou uma descrição estática do que se é: será uma das normas pelas quais o "sujeito" pode chegar a ser totalmente viável, o que qualifica um corpo para a vida dentro do domínio da inteligibilidade cultural (BUTLER, 2019e, p. 17).

Contrária a noção de que o gênero é um modelo ideal do qual alguém procura se aproximar, Butler afirma que o gênero "é uma forma de poder social que produz o campo inteligível de sujeitos, e um aparato pelo qual o binarismo de gênero é instituído" (BUTLER, 2014, p. 261) e que a sua própria idealidade (o modelo) é o efeito reinstituído das práticas que rege, ou seja, a ideia de um sujeito masculino heterossexual, por exemplo, não é um modelo de gênero, mas é o efeito de suas normas regulatórias pois a norma não está materializada em um modelo, mas "ela própria é (re)produzida na sua corporificação, por meio dos atos que se esforçam para

se aproximar dela, por meio de idealizações reproduzidas nos e por esses atos” (BUTLER, 2014, p. 262).

São esses atos que se esforçam para se aproximar da norma que materializam o gênero inteligível que Butler chama de “performatividade”. Butler (2019e) diz que a performatividade de gênero é o que nos torna legíveis como sujeitos e que nos empresta algum senso de agência, pois gênero é uma norma entre muitas que somos obrigados/as a citar e incorporar, numa tentativa de assegurar um sentido coerente de si mesmo/a, de se tornar inteligível para os/as outros/as, especialmente para o Estado.

Butler (2019e) afirma que a estrutura da identificação é fantasmática por natureza, e não algo que um sujeito pré-dado faz, mas algo que produz o próprio sujeito, ou seja, as identidades inteligíveis (e.g., homem ou mulher, heterossexuais) não são determinadas por nenhuma parte corporal ou alguma propriedade biológica, mas se materializam por meio da citacionalidade das normas de gênero, o que envolve uma série de atos corporais e práticas identificatórias que constroem uma coerência ao se aproximarem das normas de gênero.

A performatividade não é um ato singular nem teatral que alguém constrói o gênero voluntariamente, mas é o “poder reiterativo do discurso para produzir os fenômenos que regula e impõe” (BUTLER, 2019e, p. 17). Segundo Butler, alguém não se faz intencionalmente o gênero como expressão de uma agência individual pois o sujeito estaria simplesmente se apresentando como a causa de algo do qual ele é realmente o efeito. Assim, o agir e as práticas produzem materialidades e o corpo materializa o gênero por meio da performatividade, ou seja, por meio da constante reiteração e citação das normas de gênero num processo nunca completo e, portanto, sem fim (BUTLER, 2019e; DÍAZ, 2013). A performatividade não se reduz a um simples desempenho livre e individual, pois como vimos com Foucault e Butler, surgimos e vivemos em contextos sociais altamente regulados que nos nomeia, nos marca e nos afeta antes mesmo de entendermos a linguagem. Então a masculinidade ou a feminilidade, conforme designados no nascimento, não são:

[...] o produto de uma escolha, mas a citação forçada de uma norma, uma citação cuja historicidade complexa é indissociável das relações de disciplina, regulamento, punição. Na verdade, não há “alguém” que possa escolher uma

norma de gênero. Pelo contrário, essa citação da norma de gênero é necessária justamente para uma pessoa se qualificar como “alguém”, para se tornar viável como “alguém”, uma vez que a formação do sujeito é dependente da operação prévia da legitimação das normas de gênero (BUTLER, 2019e, p. 384).

Nesse sentido, a condição de existência social do sujeito passa pela matriz de inteligibilidade de gênero, e o sujeito inteligível só é reconhecido quando performatiza o gênero em conformidade ao ideal de masculinidade ou feminilidade associado ao gênero que lhe foi atribuído segundo seu “sexo”. As normas de gênero possibilitam que eu seja percebido e reconhecido socialmente como um homem a partir do meu agir, o que envolve o modo como eu estilizo e gesticulo o corpo em coerência com as normas de gênero, de modo que se eu demonstrar feminilidade ao vestir alguma roupa não associada à categoria “homem”, a inteligibilidade de gênero deixa de ser atribuída a mim, pois o gênero é altamente regulado:

Um importante senso de regulação, portanto, é que as pessoas são reguladas pelo gênero, e que este tipo de regulação opera como uma condição de inteligibilidade cultural para qualquer pessoa. Desviar-se da norma de gênero é produzir o exemplo aberrante que os poderes regulatórios (médicos, psiquiátricos e legais, para citar alguns) podem rapidamente explorar para fundamentar a lógica de seu próprio zelo regulatório contínuo (BUTLER, 2004, p. 52, tradução minha).

Então em termos normativos, para que Joana seja reconhecida, seu corpo deve se apresentar em conformidade com as normas de gênero do contexto cultural. Muito mais complexo do que apenas uma questão de vestimenta, o corpo como um todo deve estar em conformidade ao seu “sexo” como se produzisse um efeito ontológico. Deve ser “lido”, no sentido de interpretação, como algo real. Se a feminilidade ou masculinidade é o que alguém faz, essa performatividade será lida nas relações sociais como o que esse alguém “é”.

O modo como Joana estiliza o seu corpo, sua postura e seu modo de falar são performativos, e quanto mais habituais nesse contexto cultural, mais lidos como “reais” serão, de modo que no contato social ou Joana é percebida como mulher ou não. Se Joana apenas se identificar com a categoria social “mulher” (pois essa identificação envolveria um potencial de viver uma vida mais vivível), e não performatizar a “feminilidade”, ela não seria “lida” como “mulher”, pois sem os atos performativos e o

reconhecimento social a identidade “não tem importância” (*matter*). Ainda assim, o reconhecimento da performatividade da categoria de “mulher” não é garantido (e talvez não seja garantido para nenhuma categoria), o que implica que a feminilidade ou masculinidade podem ser não reconhecidas a qualquer momento, como uma mulher trans sendo chamada de homem, por exemplo.

É precisamente devido a materialização corporal do deslocamento do que é normativamente reconhecido em um contexto cultural como feminilidade ou masculinidade que pessoas ininteligíveis são marginalizadas. Joana diz que “não tem como tocar nada do assunto de quem é trans no Brasil sem falar de agressividade, sem falar de exclusão, sem falar de violência, não tem como, não existe”. Foi após a sua chegada ao Paraná na década de 1990, ainda em situação de vulnerabilidade que Joana conheceu a atual parceira e diz ter sido confrontada com ter que decidir se iria manter a apresentação masculina e tentar trabalhar formalmente ou retomar a transição e se prostituir como mulher trans. Entre as duas opções, Joana escolheu a primeira.

Muito distante de se fazer um papel, um personagem, Joana diz que pagou caro por isso, pois teve que renunciar quem era para poder trabalhar e sobreviver. A sua decisão de se apresentar como “João” esteve diretamente relacionada ao contexto social violento:

[...] é como você vestir um disfarce e fugindo dos nazista entendeu, sei lá se a referência funciona, mas é como se fosse assim entendeu, sabe, cê tá fugindo de perseguição, de gente que quer te destruir. Não é uma coisa assim "ah eu vou fazer isso porque é legalzinho, é bonitinho", não, não é cara, sabe, é pesado assim... é um treco que traumatiza a gente. Traumatiza até porque assim sabe, é no extremo que cê faz isso, é o extremo, é no extremo do medo, é no extremo da necessidade, entendeu, sabe tipo cê não acha uma situação confortável, você não tem conforto. Então quer dizer, é que nem eu te falei, é como cê tivesse que se disfarçar pra fugir do campo de concentração, entendeu, tipo é um negócio que assim, eu tô fazendo aquilo ali pra não morrer e só... e só (JOANA).

O relato de Joana evidencia o quão difícil foi ter que se apresentar socialmente como “homem” diante do contexto de vulnerabilidade que vivia. Ela diz que foi o sacrifício do seu “paraíso sagrado”, a possibilidade de ser aquilo que desejava e que lhe custou muito. Foi vivendo como João por cerca de dez anos que Joana construiu uma vida na cidade em que ainda vive. Trabalhou, criou os filhos e era respeitada e

admirada em seu meio social que a conhecia apenas como João. Durante esse período Joana já era vocalista de uma banda de *punk rock* e fazia parte de um moto clube, ela diz que era percebida com admiração pelos então colegas do moto clube como uma pessoa temida e violenta.

É instigante o argumento de Butler (2019e), que mesmo a agência do sujeito que intervém e desloca as normas de gênero, essa agência também emerge das relações de poder, no sentido de que o sujeito é constituído pelas mesmas normas de gênero, ainda que em resistência a elas. Assim, mesmo os atos tidos como subversivos não são atribuídos a um sujeito voluntarista que existe fora das normas reguladoras de gênero que se opõe. Joana aponta um aspecto importante sobre sua percepção em relação a performatividade do gênero inteligível, a destransição e a aprovação moral social:

[...] quanto mais você corresponde à sociedade, você obedece, você é obediente... nossa, aí não tem problema nenhum, pode ser um lixo, a pessoa pode ser até estupradora lá, bandida qualquer coisa, mas se ela tá dentro da regra exigida, de sexualidade, gênero e postura e tudo mais, ela... foda-se, entendeu, tá bem. Cê mata meio mundo depois cê vira pastor, já era, entendeu, que é o que normalmente acontece. No caso da gente é assim né, a gente só passa a ser aceita se a gente destransiciona, se deixa de ser trans, cê vira crente, cê faz isso e aquilo, cê muda de postura... aí começam a olhar (JOANA).

Uma potência da teoria da performatividade de gênero, que aprofunda o debate sobre a construção social do gênero, é amenizar os julgamentos, os controles e as restrições que tanto policiam e penalizam os corpos e nos instigar a construir modos de vida que sejam mais vivíveis e menos regulados, pois não há um gênero certo e um gênero errado. Por outro lado, Butler (2019e) também enfatiza que essa potência de construir vidas mais vivíveis sempre acontece dentro de um contexto que, como vimos, é altamente regulado por normas de gênero, e que somos constituídos socialmente por relações e discursos que nos atravessam e que nos marcam com uma categoria que talvez podemos não nos identificar, de modo que a identificação com uma outra categoria (que não a designada) pode ser uma questão de vida ou morte (BUTLER, 2021).

Nesse sentido, a inteligibilidade de gênero cria o espaço que estabelece os limites de uma vida vivível, de quais corpos são válidos, pois delimita que apenas os

corpos considerados inteligíveis são “normais” e aceitos nessa estrutura de reconhecimento normativa. Dessa forma, como sujeito é viabilizado por meio normas que, ao criar o domínio da inteligibilidade cultural que o sujeito deve se identificar com as categorias normativas “homem” ou “mulher”, cria ao mesmo tempo os limites daquilo que circunscreve não só o que se qualifica como “sujeito”, mas também como “humano”. Assim, na medida que vamos desfazendo a nossa inteligibilidade, desfazemos também nosso estatuto de sujeito, e desfazer o estatuto de sujeito é se desfazer como “humano” (BUTLER, 2019e).

São os contornos socialmente articulados que delimitam uma noção de humano e que além de impactarem na inteligibilidade e na forma como entendemos quem pode acessar direitos e empregos, criam como fronteira a abjeção, aquilo que é reconhecido como menos que humano, ou que sequer é reconhecido como humano (BUTLER, 2004). Nós podemos assumir inúmeras possibilidades de contornos para a noção de humano, no entanto, mecanismos normativos (e.g., sujeição) governam a possibilidade de uma vida ser reconhecida como humana, como uma vida que importa. A própria ideia de “humano” é uma construção que diferencia vidas conforme esquemas variáveis de inteligibilidade, entendidos como:

O esquema (ou esquemas) histórico geral que estabelece os domínios do cognoscível. [...] uma vida tem que ser inteligível *como uma vida*, tem que se conformar a certas concepções do que é a vida, a fim de se tornar reconhecível. Assim, da mesma forma que as normas da condição de ser reconhecido preparam o caminho para o reconhecimento, os esquemas de inteligibilidade condicionam e produzem essas normas (BUTLER, 2019b, p. 21).

Então, em termos epistemológicos, a inteligibilidade do que se qualifica como humano resulta de um ideal normativo que também é constantemente construído e regulado pelas normas de gênero de um contexto, de modo que não ser um sujeito é ser “o outro”, um não-humano, num movimento que o gênero “vem antes da possibilidade de um ‘eu’, é um tipo de portão para a realidade, pelo qual passam os seres humanos para alcançar a humanidade completa” (GUARALDO, 2007, p. 671). Então o gênero não é algo que se faz sozinho/a, mas é relacional e construído normativamente, e ainda que existam possibilidades de “relaxarmos” as normas de gênero para ampliarmos os termos do reconhecimento, somos constituídos e dependentes dessas normas desde o nascimento e que durante a vida nos

ameaçarão com a desintegração da nossa “humanidade” se não as incorporarmos inteligivelmente do modo como estão estruturadas (BUTLER, 2004).

Nesse sentido, a “humanidade” dos corpos ininteligíveis é questionada por não parecerem estar apropriadamente generificados. Butler (2021) critica o poder atribuído à designação de gênero e argumenta que forçar alguém a viver com uma designação que para essa pessoa não faz sentido, é apagar e negar algo fundamental sobre quem ela é, ou seja, seu modo de viver, florescer e afirmar a si ao mundo. Assim, não podemos dizer que gozamos de liberdade quando o deslocamento das normas de gênero, como no caso de Joana, atribuídas com base em uma parte corporal, implicou em sofrimento e dificultou a sua sobrevivência ao marcar seu corpo como um corpo que importa menos.

Então “os corpos ininteligíveis” não são realidades dadas, ou seja, assim como não existem os “anormais” ou os “loucos” anteriormente ao processo que poderíamos chamar de sujeição, pois são constituídos como “corpos abjetos”, exteriores ao que é estabelecido como normal, do que se materializa (*matter*), por não reiterarem as normas de gênero e não se enquadrarem no interior dos limites de inteligibilidade regulados que delimitam o que é “o sujeito” e “o humano”.

A abjeção “relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’” (BUTLER, 2002, p. 161). É nesse sentido que Butler argumenta que a abjeção pode ser entendida como um processo discursivo que não está restrito ao “sexo” ou a heteronormatividade, pois também pode operar por meio de tipologias, como a patologização psiquiátrica (BUTLER, 2002):

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “não-vivíveis” e “inabitáveis” da vida social que, não obstante, são densamente povoadas por aqueles que não alcançam o estatuto de sujeito, mas cujo viver sob o signo do “inabitável” é necessário para circunscrever o domínio do sujeito (BUTLER, 2019e, p. 18).

Em relação ao gênero, nas relações sociais a desumanização pela “abjeção” opera por meio de um enquadramento regulado pela identidade inteligível para decidir quem será reconhecido/a como “sujeito” e “humano” e quem não será. Joana deslocava as possibilidades de reconhecimento e abjeção quando se apresentava

como “homem”, e relata que ainda que prática tenha representado um alto custo para ela mesma, por ser algo que fez para sobreviver em meio ao contexto de abjeção, essa prática foi “fácil” no sentido do que era necessário ser posto em prática e traz um contraste com a sua vivência como mulher trans:

A diferença às vezes o que eu falo, de comparar uma situação com a outra é que assim, é que eu na minha vida de trans e travesti, entendeu, e o como que eu sei o que que é a vida de um homem cis, tipo, a vida de um homem cis é uma palhaçada. É uma brincadeira de criança. [...] o que que era coragem e força, no meu mundo aquilo ali não era nada, era muito fácil fazer o papel de homem, daquele tipo de homem, era muito fácil [...], falei vai lá, vai viver lá no, sabe, entendeu, fugindo de polícia, apanhando de nazista, saindo no soco com todo mundo, entendeu.... É tipo né, a única coisa que dá pra fazer assim um relato meio brincalhão da coisa é só essa né, porque a vida do homem cis, do homem cis branco, entendeu, é uma piada, entendeu, é bajulada ao extremo, o cara dá um peido e todo mundo bate palma, todo mundo agradece e bajula, entendeu, e tudo mais, e pra quem nunca viveu outras situações, tipo assim, pra um homem que nunca viveu a situação de uma pessoa LGBT, de uma pessoa negra, de uma pessoa indígena, de uma mulher... ele acha que a vida dele é foda pra caraio, que ele é puta... que ele é o bichão, que ele nossa... [...] Aí assim, e eu como vim do outro negócio que é extremo, pra mim era uma piada, entendeu, e eu ver todo mundo sabe, se sentindo assim sabe, nossa né, boquiaberto quando eu vivia de menino aqui, entendeu, tinha medo e admirava assim [...], porque é besta cara, e é um negócio que é legal pra ver o quanto que é diferente a vida de um homem cis branco na sociedade de todo o resto, entendeu, quer dizer, eu tive a oportunidade de se abrir um pouco né, e é uma piada, uma palhaçada, entendeu, todo mundo te bajula [...], então quer dizer, ter essa experiência aí é legal pra até pra usar de referência de como é diferente né, essas questões de gênero e branquitude e cisheteronormatividade na sociedade, entendeu. Muito dificilmente uma pessoa cis vai conseguir viver no meu mundo e entender o meu mundo, agora pra mim que eu vim de um negócio muito mais barra pesada, muito mais difícil, ter frequentado aquilo ali foi uma brincadeira, entendeu, naquele lugar foi uma brincadeira, tirando todo aquele aspecto que eu te falei né, entendeu, não era agradável nada, não era gostoso, não me fazia bem nem nada. É traumatizante, entendeu (JOANA).

A abjeção é um processo vivenciado pelos corpos que não são reconhecidos segundo as categorias que compõem a inteligibilidade de gênero pelo modo como deslocam em sua apresentação, em contextos institucionais e sociais, o que é culturalmente associado à masculinidade ou feminilidade. A cena do reconhecimento pode ser micro, como duas pessoas em uma entrevista de emprego, também pode ser macro, como o modo que o Estado opera o reconhecimento (precário) da categoria trans, por exemplo. Não significa que alguém nunca será reconhecido/a, pois o sentido do reconhecimento está em disputa o tempo todo, de modo que a construção de novos enquadramentos também constrói novas abjeções, ou seja, sempre existirá o espaço do irreconhecível (BUTLER, 2018).

Assim, o não reconhecimento de pessoas constituídas como ininteligíveis configura uma forma de injustiça social, pois as pessoas não estão infringindo nenhuma lei, apenas a normalidade, e no dia a dia estamos em convívio social com outras pessoas de diferentes contextos que precisam do reconhecimento de quem são e do amparo da lei. O reconhecimento ou não reconhecimento ocorre numa relação social, e quando relacionamos os contextos micro e macropolíticos com a constituição de si mesmo/a, as práticas de expressão corporais e de resistência à regulação de gênero podem entrar em choque com as instituições. Vivenciar a abjeção em diferentes situações durante a vida custou muito para Joana, que faz um relato forte refletindo sobre o que viveu:

Cara, se eu não tivesse que passar por tudo isso, eu poderia tá fazendo qualquer outra coisa, eu poderia tá dando aula em Sorbonne na França, entendeu, eu poderia tá produzindo outras coisa maravilhosas e tal, e não, eu não pude fazer isso porque eu tive que sobreviver a qualquer custo. [...] Então muitas vezes eu sei lá, eu preferia talvez ter morrido com dezessete anos do que tá aqui, entendeu, talvez nos meus dezessete anos eu era uma pessoa pura, eu era uma pessoa sabe, eu não passei por coisas que me fizeram ser o que eu sou hoje, que muitas vezes eu não gosto, sabe (JOANA).

Esse foi um momento da nossa conversa que foi muito difícil ouvir isso. Joana está com cinquenta e dois anos e fez uma reflexão sobre a sua vida, e isso é uma coisa muito forte de se presenciar especialmente por ser uma reflexão com um pesar por ter passado por tudo o que passou e por pensar sobre como poderia ter sido diferente. A sua experiência do entre João e Joana lhe proporcionou experimentar um amargo contraste de transitar entre o reconhecimento e o não reconhecimento, e isso lhe representou um enorme custo, como veremos a seguir.

4 IMPASSES DO TRABALHO E DA PRECARIIDADE

A vulnerabilidade é um aspecto da vida que também está diretamente relacionada com a inteligibilidade de gênero. A noção butleriana de vulnerabilidade nos possibilita pensar uma noção de interdependência, não entre indivíduos iguais como nos termos liberais do sujeito moderno individualista, mas como relação social que implica na igualdade entre os corpos, respeitando as suas diferenças.

Essa proposta é pertinente pois quando os modos de interdependência requerem a desigualdade para se sustentar ou emergem dela — como no capitalismo —, nos deparamos com um modo de produção de vulnerabilidade que resulta em situações de precariedade para quem está em posição inferiorizada. Os corpos ininteligíveis, por serem constituídos na posição simbólica da abjeção, como o espectro do sujeito inteligível, podem enfrentar situações de vulnerabilidade produzidas por diversos processos da vida organizada (CARRIERI, 2014).

Para muitos/as, a própria sobrevivência não é uma precondição garantida pois sobreviver envolve a garantia de condições econômicas mínimas para ter acesso a moradia e alimentação, por exemplo. O reconhecimento pode ser condição para que responsabilidades sejam assumidas sobre a precariedade vivenciada (BUTLER, 2018), por outro lado, para aqueles/as não reconhecidos/as, cujas vidas “não importam”, são produzidos discursos justificativos para a precariedade enfrentada, como a completa responsabilização de si dos discursos meritocráticos e a culpabilização da pessoa pela situação de vulnerabilidade que se encontra.

No caso do trabalho, quando consideramos que as organizações são estruturadas a partir do gênero inteligível (ACKER, 1990) — especialmente o homem, branco e hétero —, aquilo que pode ser reconhecido como resistência em seu nível micro, também pode ser reconhecido como abjeção no nível macro. Podemos considerar o caso de uma entrevista de emprego, no qual a pessoa que faz o recrutamento reconhece, de alguma forma, a “pessoa ininteligível” que está se candidatando, porém, a organização na qual trabalha está atravessada por relações de saber-poder num nível macro, no qual a inteligibilidade do sujeito ideal para ocupar a vaga é bem definida.

Assim, quando o reconhecimento não é garantido, principalmente em um contexto neoliberal que responsabiliza o sujeito por suas circunstâncias, ficamos diante do problema da produção de uma situação de vulnerabilidade. O processo de marginalização de corpos ininteligíveis também ocorre no contexto do trabalho, precisamente no contexto empresarial, que, ao circunscrever o ideal de sujeito para ocupar esses espaços, produzem vulnerabilidades que implicam na precarização das condições de subsistência ou que mantêm na situação de precariedade os/as que vivem nas margens do suporte, resultando na dependência de redes de apoio para obter algum suporte mínimo para a sobrevivência.

Então, quando falamos sobre o corpo ininteligível e a vulnerabilidade na perspectiva de Judith Butler, é importante perceber o que suporta esse corpo, assim como a sua relação com esse suporte ou a ausência de suporte. Butler nos diz que “não podemos entender a vulnerabilidade corporal fora dessa concepção de suas relações constitutivas com outros humanos, processos vivos, condições inorgânicas e meios de vida” (BUTLER, 2018, p. 144). É nesse sentido que gostaria de partir de uma noção de vulnerabilidade compartilhada, como algo que nos constitui como seres dependentes, para então focar na vulnerabilidade como situação produzida para corpos ininteligíveis.

A primeira parte desta seção explora a ideia de que constitui um processo de exclusão produtor de vulnerabilidade o que determina que para trabalhar no ambiente empresarial o corpo precisa estar em conformidade com as normas de gênero, aspecto que dificulta ou nega o acesso ao trabalho para corpos ininteligíveis, mesmo para aqueles que “tentam se produzir” segundo os ideais de inteligibilidade regulados pelos espaços empresariais. Na segunda parte, uma noção de vulnerabilidade é relacionada com a desigualdade de oportunidades e desigualdade de condições sociais produzidas por um contexto neoliberal produz situação política para que corpos ininteligíveis vivam em situação de precariedade. Judith Butler amplia essa discussão por meio das noções de vida precária e precariedade.

É preciso colocar em questão não apenas os processos que constituem e naturalizam os corpos ininteligíveis como ontologicamente marginalizados, ou seja, questionar não só a comum associação entre a ininteligibilidade e a marginalidade como sinônimos que representariam uma condição existencial “anormal”, mas

também é preciso questionar as práticas e os processos de exclusão que se relacionam com essa naturalização da marginalidade que impedem e negam o direito do trabalho, precarizando as condições de existência e de subsistência.

Considerar que a recusa da prostituição quando chegou ao Paraná esteve diretamente implicada com a necessidade de destransicionar de gênero foi muito difícil para Joana, que diz que no fim isso lhe custou muito caro. Ela relata que desde pequena desenvolveu habilidades técnicas para fazer algumas das coisas que queria e que gostava de fazer. A primeira calcinha que teve foi uma que ela fez sem nenhuma referência de corte e costura. Entre as habilidades que desenvolveu, Joana diz falou que aprendeu técnicas de marcenaria, de mecânica, pintura em tela e canto.

Como João, Joana diz que atuou como servente de pedreiro, como professora de artes, como mecânica e marceneira. Foi apenas se apresentando como João que foi possível Joana acessar os espaços usuais de trabalho, mas ainda assim o seu corpo era alvo de constante vigilância e preconceito pois João também não era “lido” como um corpo inteligível pois a versão de masculinidade que apresentava não buscava se aproximar de um ideal altamente normativo de masculinidade. Joana tinha o cabelo descolorido, usava brinco e não tinha as sobrancelhas, “tipo não exatamente sabe aquela coisa de homem, assim sabe, isso eu nunca consegui ser, nem nos meus melhores momentos teatrais eu nunca consegui ser perfeita desse jeito”, ela diz.

A retomada da transição aconteceu após Joana ter sido presa, época que ela relembra como o desmoronamento da vida que tinha construído. Se por um lado a retomada da transição representou um alívio por não ter mais que se apresentar como João, por outro lado uma série de problemas e violências vieram em sua vida como uma enxurrada, como veremos a seguir.

4.1 O SUJEITO E O TRABALHO

Vimos que a sujeição é a feitura do sujeito. O indivíduo, na perspectiva de Foucault, é historicamente constituído como sujeito por meio de tecnologias de poder: disciplinas, controle e apresentação do corpo, ou seja, da produção de um sujeito em determinado contexto institucional que produz o louco, o anormal e o prisioneiro, por

exemplo. Na perspectiva de Butler, o sujeito é sempre reconhecido como inteligível, emerge quando vive em conformidade com o gênero designado no nascimento, com base no seu “sexo”, e isso determina o “tipo de vida” que irá viver.

Então, os corpos que não estão em conformidade com as normas regulatórias de gênero, como o corpo de Joana, falham em conquistar o estatuto de sujeito e não são reconhecidos segundo os enquadramentos normativos do reconhecimento por serem constituídos como o exterior, a fronteira do sujeito inteligível. As noções de Butler e Foucault podem ser relacionadas para entender que o “sujeito para o trabalho” é um ideal profundamente excludente.

É complexo pensar sobre a importância do trabalho, especialmente na área da Administração, pois podemos cair facilmente naqueles discursos que não apenas valorizam o trabalho precarizado, mas que também vinculam a importância de uma vida à uma suposta capacidade produtiva, como se o trabalho fosse o principal objetivo de nossas vidas. Gostaria de defender o direito ao trabalho não precarizado como um aspecto importante da vida organizada (CARRIERI, 2014) sem com isso defender o trabalho precarizado, explorador e anulador da vida em contexto de desigualdade. Aqui me baseio no posicionamento de Butler sobre o trabalho:

É evidente que o trabalho é necessário para a reprodução da pessoa – tomo emprestada essa ideia da teoria da produção em A ideologia alemã de Marx – e essa ideia permanece central em minha reflexão. O trabalho é também necessário para produzir as condições materiais da existência e da subsistência. Assim, sou, por exemplo, a favor de um “direito do trabalho” e creio que os Estados têm a obrigação pública de criar condições que permitam às populações trabalhar, caso elas possam. Oponho-me às formas de capitalismo protestante que afirmam que apenas aqueles que trabalham merecem ser alimentados e abrigados, pois sustento que esses direitos fundamentais deveriam ser garantidos pelos Estados, independente do fato dos indivíduos terem ou não um trabalho. Assim, recuso dizer que apenas o trabalho fornece as condições materiais da produção da vida humana. Isso seria defender uma posição moral em contradição com a obrigação pública de fornecer, entre outras coisas, moradia, alimentação, cuidados médicos, educação (BUTLER, 2013, p. 4).

Então quando pensamos sobre um papel do trabalho no fomento de vidas mais vivíveis, vemos que as organizações estão inseridas num contexto macropolítico do sistema produtivo capitalista que articula as condições estruturais nas quais os problemas de desigualdade fazem parte do processo de acumulação e empobrecimento (MONTAÑO, 2012). É nessa lógica da acumulação que Milton

Friedman (2007) diz que a responsabilidade social de uma organização é unicamente o auto-enriquecimento, e não uma responsabilidade com a sua força de trabalho ou com a sua comunidade.

É certo que o contexto econômico pode impactar diretamente nas nossas vidas, mas é importante considerar que o aspecto do trabalho, no que se refere aos corpos, não está restrito apenas ao sistema produtivo pois também está relacionado com processos históricos de racismo e fobias relacionadas ao gênero. Esse aspecto fica mais evidente quando consideramos o gênero como uma realidade socialmente construída, não como algo ilusório ou voluntarista, como se alguém decidisse o seu gênero como decide o que vestir. O contexto do capitalismo, por exemplo, também é um contexto socialmente construído e altamente regulado, então é preciso perceber que as organizações, com a sua complexidade de processos e práticas, também se relacionam com uma forma de produção de sujeito em meio ao contexto social no qual fazem parte.

Podemos entender a normatividade como formas subjogadoras de normalização, mas há um segundo sentido para Butler (2018), pois as normas também participam da constituição de condições infraestruturais que possibilitam vidas mais vivíveis. O seu argumento não se refere a uma superação das condições sociais e materiais da vida que são normativas, mas tornar as normas mais justas e equitativas, como a norma de que a vida deve ser vivível para todos/as. São essas normas que devem ser defendidas e praticadas de modos mais concretos, e não aquelas que políam e normalizam as diferenças que nos constituem.

A singularização de Joana em meio ao contexto normativo que viveu e ainda vive implicou automaticamente no distanciamento do contexto empresarial devido aos modos que seu corpo deslocou as normas de gênero. Assim, podemos recuperar Macherey para perceber que o corpo de Joana se destaca:

[...] apenas contra um pano de fundo de pertencimento, vinculando o sujeito, não só aos demais sujeitos com os quais se comunica, mas ao processo global que o constitui enquanto o normaliza, e de onde ele desenha seu próprio ser (MACHEREY, 1992, p. 181).

O corpo de Joana se destaca contra o pano de fundo constituído por normas de gênero que delimitam as fronteiras da normalidade e da anormalidade. Vimos que as práticas de poder regulam um ideal de normalidade e deslocam como excentricidade a fronteira do normal. Esse discurso de normalidade molda, confina o nosso comportamento, no sentido de que incorporamos esses ideais do que é esperado de nós, nos disciplinamos e nos produzimos conforme os ideais de gênero vigentes, na tentativa de materializar ou deslocar esses ideais de normalidade.

Então quando falamos sobre a necessidade do trabalho para subsistência, especialmente no contexto empresarial, ser inteligível é ser reconhecido/a como útil, ser inteligível importa mais do que ser visto/a como abjeto. Assim, os corpos ininteligíveis precisam dar conta de algumas formas de identidade socialmente reconhecidas para negociar a sobrevivência, de modo que para subsistir, precisam apagar quem “são”.

Joana diz que o lugar que a sociedade vê alguma utilidade para uma mulher trans é o lugar da prostituição. A situação de vulnerabilidade para Joana seria maior se ela tivesse que procurar emprego como mulher trans do que se prostituir, então a recusa da prostituição implicou na destruição para conseguir um emprego, pois o contexto do trabalho é o contexto normativo da inteligibilidade de gênero. Joana então teve que apagar quem era para sobreviver, negociando algo tão importante para ela cotidianamente nos diferentes contextos que vivenciou:

É assim, foi muito triste pra mim assim, por esse lado né, tipo de eu ter que sacrificar essa coisa que sabe, que nem eu falei, a gente passa a considerar a identidade da gente uma coisa sabe, sem tamanho, sem preço né, entendeu, é a coisa mais cara que eu tenho, entendeu, então quer dizer, aí eu tive que sacrificar isso pra gente poder se alimentar, pra gente poder ter uma casa. [...] Então tinha que mudar as coisas, então quer dizer, eu pra viver, pra conseguir trabalhar com qualquer coisa que fosse, cavando um poço, servente de pedreiro, montando telhado, eu tinha que viver de menino. Eu não ia ter nenhum espaço, nenhuma oportunidade de trabalho, sabe, como travesti aqui. Ninguém ia fazer isso (JOANA).

A destruição de gênero de Joana ficou restrita da porta de casa para fora. Ela relata a experiência como se tivesse que ser duas pessoas, uma no contexto familiar e outra no contexto social, o que impactou de forma muito negativa na sua vida:

Ah, é uma das coisas que eu acho que me deixou doente assim sabe, eu tenho um monte de problema e acho que ter feito isso daí fez muito mal pra mim assim, sabe, porque pra mim mesmo assim sabe, pro meu psicológico entendeu, então quer dizer sabe, esse negócio de assim eu tenho que fazer isso pra poder tá ali sabe, se eu não fizer isso eu não consigo andar naquele caminho, eu não consigo estar naquele lugar entendeu, então tipo sabe, é muito complicado isso dai, é um negócio que afeta muito o psicológico da gente, entendeu, e... acho que não tem o que cura não, que resolve mais isso não, é um negócio que fica como trauma, vai ser um trauma a vida inteira, entendeu, então acho que não passa não, é um negócio que vai ser sempre (JOANA).

Joana hoje lida com depressão e dependência química, ela lamenta que esses temas sejam considerados tabus e entende que estão diretamente relacionados com o contexto violento que vivenciou, especialmente no que se refere à sua destruição para poder acessar as condições mínimas de subsistência sem recorrer ao contexto da marginalidade. É precisamente por não sermos *selves* (i.e., “eus”) ontologicamente determinados ou pré-discursivos que é necessário questionar os critérios corporais de entrada e permanência nas organizações, pois o gênero é parte importante da existência de alguém, não é uma fantasia que se tira no fim do dia. Tomando como ponto de partida a materialidade normativa do contexto organizacional do trabalho, o esforço de materialização de um ideal de sujeito para o trabalho é um efeito produtivo das práticas de poder que ao regular um modelo ideal, possibilita o acesso para aqueles/as que se aproximam desse ideal e marginaliza aqueles/as que não materializam esses ideais em seus corpos.

O gênero é regulado de múltiplas maneiras na vida cotidiana, há inúmeras expectativas sociais relacionadas ao gênero que nos foi designado, como os modos que apresentamos o nosso corpo em sua estilização e seus movimentos, que conferem um senso de coerência de gênero nas relações sociais. Butler (2019e) diz que essa “coerência” se refere ao processo de sedimentação ou materialização performativa, de modo que o ato de citar as normas de gênero de um contexto cultural pode conferir não apenas a aparência de naturalidade, mas também abre a possibilidade de assumirmos uma categoria de gênero como “quem somos” ou nos identificamos. Na teorização de BUTLER, o gênero:

Não é uma propriedade dos indivíduos, uma essência refletida em seus atos e corpos, mas algo que se faz em nossas ações cotidianas, um efeito

pragmático de um amálgama de recursos semióticos (língua, entonação, tom de voz, o que/como se fala, roupas, cores, texturas, cortes de cabelo, posições corporais etc.) usados localmente para este/a interlocutor/a aqui e agora (BORBA, 2014, p. 448).

Nesse sentido, o corpo pode tanto se aproximar de alguma apresentação de gênero inteligível, como também se distanciar, mas há um custo ao corpo que se distancia, pois, “a abjeção de certos tipos de corpos, sua inaceitabilidade por códigos de inteligibilidade, manifesta-se em políticas e na política, e viver com um tal corpo no mundo é viver nas regiões sombrias da ontologia” (BUTLER, 2002, p. 157). Por exemplo, Susan Stryker (2014) sugere que “transgênero” também é uma categoria vigiada, dividida e ordenada pelo biopoder, que pode mover os corpos trans que se aproximam de uma apresentação de gênero inteligível para possibilidades emergentes de normatividade e cidadania, ao mesmo tempo que diminui as chances de vida daqueles/as que desfazem a inteligibilidade no modo como se apresentam.

Nesse sentido, no contexto das organizações efetua-se a regulação da “ascensão” do sujeito desempregado ao sujeito “trabalhador” que, como o exemplo do prisioneiro, também se relaciona com a produção de um tipo de sujeito. Assim como a prisão, a materialidade das organizações é investida de poder e o corpo que se esforça para se adequar aos ideais normativos de gênero está relacionado a sanções e recompensas sociais (OKSALA, 2011). Se a prisão produz um sujeito no contexto institucional, o prisioneiro obediente e disciplinado, em relação ao trabalho, o indivíduo se produz como sujeito trabalhador antes mesmo de ocupar o contexto organizacional (e.g., administrador/a, publicitário/a e médico/a).

É importante notar que as relações de poder não estão restritas ao contexto regulado da prisão, mas também estão relacionadas com práticas de si que articulam com o sistema produtivo capitalista na produção de um sujeito. Essa racionalidade articula o valor de um corpo à sua “empregabilidade”, de modo que os corpos que não são vistos como “empregáveis” por causa do seu gênero, são considerados inúteis para a economia:

A governabilidade neoliberal assim baralha e troca os termos da oposição entre "trabalhador" e "capitalista", visando construir uma sociedade na qual todos sejam capitalistas, um empresário de si mesmo. Isto significa que o sujeito econômico é alguém manejável, mas através de mecanismos diferentes do sujeito dócil da sociedade disciplinar: ele ou ela é alguém que

sempre perseguirá seus próprios interesses e que é - não apesar disso, mas precisamente por causa disso - eminentemente governável (OKSALA, 2011, p. 111, tradução do autor).

É nesse sentido que Oksala (2011) relaciona a ideia da produção de si no contexto neoliberal com a ida à academia, no sentido de que ninguém está indo algemado/a para conquistar um “corpo ideal”, pois esse corpo ideal não se refere apenas a uma questão de saúde, mas também a critérios de aceitabilidade corporal. Por exemplo, quando pensamos no contexto organizacional, vemos que os padrões de aceitabilidade corporal se relacionam com a apresentação inteligível, quando a vestimenta, o corte de cabelo e o uso de maquiagem estão em conformidade com as normas de gênero que regulam a inteligibilidade. Assim, um corpo masculino para o trabalho pressupõe preferencialmente um corpo branco, magro (ACKER, 1990), de cabelo curto e o uso de vestimenta formal, de modo que o uso de maquiagem ou um vestido, por exemplo, não fazem parte de como um corpo masculino para o trabalho deve se apresentar.

Então as organizações, como parte do contexto econômico e social, também operam como estruturas policiadoras de gênero, pois essas práticas corporais estão ligadas a sanções e recompensas que, no que se refere ao trabalho, o corpo que se disciplina e que busca se adequar aos ideais corporais normativos aumenta as suas chances de “empregabilidade” e de aumento da perspectiva de ascensão profissional. No entanto, a própria disciplina e produção de si não garante a possibilidade de ocupação dos espaços empresariais, pois o “policiamento corporal” mantém a abjeção como o espectro ameaçador que desestabiliza a estrutura organizacional generificada. O policiamento de gênero no contexto do trabalho aparece no relato de Joana, manifestado nas observações das pessoas que trabalhavam com ela:

[...] talvez por uma pessoa hétero cis não marque tanto, mas como eu já assim, já... [...] Eu tenho brinco, eu pintava o cabelo, entendeu, eu já não tinha sobancelhas, entendeu, então tipo, assim né, já ficava com aqueles olhares, entendeu, sabe, julgando, repreendendo, entendeu... “Ou, ó esse jeito aí e tal”, “ou, cê tem que vim com essa roupa aí, essa calça apertada?” e não sei o quê [...] Eu em outra situação não conseguiria emprego em lugar nenhum, entendeu, eu não ia ter nada e mesmo assim ainda era julgada muitas vezes em muitos lugares por “ah mais parece viado hein, não sei o que... ah, mas não dá pra você fazer um outro jeito, essas coisas assim, porque cê faz uns gestos assim, às vezes tal”, sabe então tinha gente que às vezes dava uma, sabe, uma policiada assim em mim e tal, entendeu. Então

é caro e é aquela coisa que a gente faz mesmo só porque precisa muito pra sobreviver (JOANA).

A dificuldade no trabalho está muito presente na construção de vidas mais vivíveis para corpos ininteligíveis por meio de práticas que se materializam no desemprego, na transfobia e homofobia institucional, por exemplo, e que representam uma série de processos produzidos na própria linguagem das organizações (mas não apenas), que vão se valer de discursos patologizadores. Nesse sentido, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) estima que no Brasil, cerca de 10% das pessoas que se identificam como travestis e mulheres transexuais estão formalmente empregadas e as outras 90% vivem em situação de vulnerabilidade social, obtendo seus recebimentos por meio de serviços sexuais (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

Joana não possui Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), e todas as suas experiências de emprego estavam relacionadas com alguma técnica que Joana aprendeu sozinha, algo sempre que fez desde cedo em sua vida:

Eu trabalhei uma vez (em uma marcenaria) por conta de eu sempre mexer com ferramentas e gostar de trabalhar com as mãos e tal, isso aí é uma que eu já desenvolvi também lá de criança, entendeu, são coisas que já é necessidade básica nossa, entendeu, a gente é impedida de ter acesso a um monte de coisa, ai assim, se eu quisesse ter uma bonequinha pra eu brincar eu teria que fazer a boneca, se eu quisesse (JOANA).

Se distanciar da inteligibilidade normativa no contexto do trabalho pode implicar na degradação tanto das próprias condições de trabalho (para aqueles/as que trabalham) como na recusa do emprego, pois a sua “empregabilidade” passa a ser drasticamente diminuída, mesmo que seja uma pessoa apta para o trabalho. Isso também está relacionado a um aspecto de grande custo pessoal, pois:

Se a inteligibilidade é condição de reconhecimento e, este, de sobrevivência, ser reconhecido/reconhecida pode implicar em ter de se “desfazer” justamente daquilo que diferencia a pessoa e a faz desejar ser tomada como humana, viável e reconhecível para além das normas disponíveis (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007, p. 260).

No contexto neoliberal cada indivíduo deve cuidar de si mesmo e se concentrar na otimização de sua “empregabilidade” pois o direito ao emprego não é reconhecido como um direito. Mas isso é exatamente o oposto do que esperaríamos de uma

sociedade solidária e democrática. Pensar num mundo de relações mais orientadas a questões de mutualidade, equidade e participação — em vez de dominação e opressão — parece quase impossível no contexto em que vivemos, mas esse é um motivo a mais para desenvolver tal visão, pois não devemos aceitar que esses sejam fatos necessários e imutáveis (BUTLER, 2018). O ideal de sujeito para o trabalho não é necessário, há múltiplas formas de ser, de viver, de sentir, de apreciar, de gostar e de conviver. Não precisamos reforçar um padrão único e coagir uma relação de poder para que todos/as, sempre, tenhamos de agir do mesmo modo, mas ao contrário, que se abra novas possibilidades, novas formas de convite à diferença e novas inteligibilidades.

4.2 A PRECARIEDADE DA VIDA

Como seres corporificados somos seres vulneráveis pois dependemos de suporte e proteção para sobreviver. Essa condição existencial de vulnerabilidade é um aspecto importante do argumento de Butler (2019b) ao enfatizar que a nossa vida é precária pois pode ser perdida facilmente se desamparada e exposta a situações de despossessão e de violência, por exemplo. Nosso tempo de vida é finito e podemos deixar de existir a qualquer momento, de modo que a nossa sobrevivência depende de suportes e infraestruturas que minimizam a precariedade da existência.

O “ser” do corpo ao qual essa ontologia se refere é um ser que está sempre entregue aos outros, a normas, a organizações sociais e políticas que se desenvolveram historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros (BUTLER, 2019b, p. 15).

Podemos dizer que o suporte e a infraestrutura constituem o que podemos chamar de modos de interdependência, pois a nossa sobrevivência não depende apenas de nós, mas também de outras pessoas e de instituições que interferem no quão protegida da falta de moradia e da falta de renda a nossa vida estará. O problema é quando essa interdependência, necessária para a manutenção e florescimento da vida, implica no enquadramento normativo do sujeito inteligível, ou seja, quando a inteligibilidade de gênero passa a ser uma forma de condição para o acesso ao suporte, à infraestrutura e ao trabalho.

A vulnerabilidade pode ser entendida por diferentes maneiras, como a abertura corporal no ato de expor questões de si, compartilhar angústias e alegrias, o que possibilita a criação e o fortalecimento de laços que podem modificar radicalmente os caminhos de uma vida. O contato afetivo também é político, principalmente em um contexto cultural individualista que romantiza a imagem do sujeito solitário, competitivo e independente, como se esse ideal de sujeito representasse o/a “mais forte”. Esse sentido político também se apresenta, por exemplo, no argumento de que a interação social em contexto de apoio é de importância fundamental para a vida humana e que a não privação social deve ser considerada um direito humano (BROWNLEE, 2013).

Podemos dizer que estamos vulneráveis quando nos sentimos inseguros/as e suscetíveis ao assédio e à violência, pois como seres corporificados e vivendo em alguma sociabilidade, estamos vulneráveis a qualquer violação corporal que pode ser direcionada a nós não apenas por qualquer outro corpo, mas também por instituições e pelo Estado, como denuncia o filósofo camaronês Achille Mbembe (2016). Não há nada que garanta efetivamente uma situação de inviolabilidade corporal, sobretudo quando “a vida” é tida como objeto do poder.

Também não há algo que garanta a possibilidade de o corpo transitar por espaços sem que haja algum tipo de violação devido ao modo que o corpo se apresenta, principalmente se esse corpo for “lido” como ininteligível. É certo que em contextos intolerantes a própria situação de ininteligibilidade em relação às normas de gênero pode ser o motivo de alguma violação corporal, como apontam Benevides e Nogueira (2020), mesmo com a subnotificação e falta de dados governamentais, o Brasil é o país com o maior número de registro de transfeminicídio nos últimos dez anos, evidenciando que o contexto brasileiro têm sido consistentemente intolerante e violento para corpos ininteligíveis. Sendo assim:

Afirmar que uma vida pode ser lesada, por exemplo, ou que pode ser perdida, destruída ou sistematicamente negligenciada até a morte é sublinhar não somente a finitude de uma vida (o fato de que a morte é certa), mas também sua precariedade (porque a vida requer que várias condições sociais e econômicas sejam atendidas para ser mantida como uma vida). A precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro (BUTLER, 2019b, p. 31).

Nesse sentido, Butler se preocupa com “um modo de pensar sobre como não somos apenas constituídos por nossas relações, mas também despossuídos por elas” (BUTLER, 2019a, p. 44). Dessa forma, a proposta é focar em uma noção de vulnerabilidade que, em vez de uma categoria essencial, pode ser entendida como uma situação que se refere a um modo de relação. Assim, a vulnerabilidade não é tida como uma noção estritamente pré-discursiva no sentido ontológico do termo “ser”, mas também na situação de vulnerável, ou seja, no sentido do termo “estar”. Admitir a vulnerabilidade como situação é importante pois não deve ser vista como uma característica que define alguém ou algum grupo, pois a vulnerabilidade não é algo inerente a alguma categoria como “mulher” ou “homem”, também não é inerente a algum grupo socialmente marginalizado, mas é uma situação produzida socialmente e que nos afeta como “povo” de modo profundamente desigual (BUTLER, 2018).

Seguindo essa noção butleriana de vulnerabilidade entendida como situação, é importante notar que alguém não pode deixar de estar vulnerável, precisamente por sua constante dependência de outros corpos e das condições infraestruturais como apoio e suporte para a vida. O meu interesse é nessa vulnerabilidade que, na situação de ininteligibilidade, resulta na precarização das circunstâncias de trabalho e econômicas para corpos ininteligíveis, ou seja, uma situação politicamente produzida que está relacionada com o gênero em vez das “competências” da pessoa para o trabalho. Trata-se de uma vulnerabilidade que não se inicia no contato com as organizações, mas é intensificada diante da rejeição do emprego, principalmente quando entendemos que para a maior parte da população o emprego é necessário para subsistir em condições minimamente habitáveis em meio a um contexto capitalista.

Assim é definida uma distinção entre a vulnerabilidade existencial e a situacional. Butler (2019a) diz que a noção de “vida precária” e de “precariedade” estão ligadas, mas faz uma distinção interessante entre os dois termos. A vida precária seria uma condição ontológica, ou seja, a vulnerabilidade relacionada a uma concepção existencial, como uma vida que necessita de suporte para não morrer e que pode deixar de existir a qualquer momento, pois é essencialmente precária: “afirmar que a vida é precária é afirmar que a possibilidade de sua manutenção depende, fundamentalmente, das condições sociais e políticas, e não somente de um impulso interno para viver” (BUTLER, 2019b, p. 40).

Essa ontologia corporal da condição precária não é uma noção distinta dos modos que nos organizamos socialmente, pois “não é possível definir primeiro a ontologia dos corpos e depois as significações sociais que o corpo assume” (BUTLER, 2019a, p. 15). Então nessa perspectiva butleriana, a ontologia do corpo é uma ontologia social que entende a exposição corporal ao contexto social e político, como a exigências da vida coletiva que possibilitam a subsistência e prosperidade do corpo. Entre essas exigências da vida coletiva, o trabalho é um exemplo que sem dúvidas implica na subsistência e no florescimento do corpo no contexto social e político.

É esse sentido situacional que a noção de precariedade se difere da noção de vida precária. Butler (2019a) diz que a precariedade não é uma condição ontológica ou existencial, mas é constituída por uma noção de relacionalidade, como uma situação produzida politicamente para corpos tidos como substituíveis e que importam menos do que outros corpos, no sentido de que caso o corpo ocupe alguma posição como a nacionalidade, o grupo étnico, a raça e o gênero, por exemplo, a precariedade pode ser intensificada a níveis que podem expor o corpo à morte:

[...] e existe também o fato de que mulheres e minorias, incluindo minorias sexuais, são, como comunidade, sujeitas à violência, expostas à sua possibilidade, se não à sua concretização. Isso significa que somos constituídos politicamente em parte pela vulnerabilidade física, como um local de exposição pública e ao mesmo tempo assertivo e desprotegido. A perda e a vulnerabilidade parecem se originar do fato de sermos corpos socialmente constituídos, apegados a outros, correndo o risco de perder tais ligações, expostos a outros, correndo o risco de violência por causa de tal exposição (BUTLER, 2019a, p. 40).

A precariedade também pode ser produzida por meio da regulação da inteligibilidade de gênero, o que pode resultar na marginalização social e institucional do acesso a suportes, empregos e proteções necessárias para a sobrevivência — e essa não é uma afirmação ontológica. Joana retomou a transição de gênero após o período de aproximadamente dez anos, decisão que foi impulsionada por ter sido presa. As repercussões da prisão e da retomada da transição afetaram de forma muito intensa a vida de Joana e de sua família, que de repente passaram a ser alvo de “retaliações”, diz ela. Para Joana, assim como a decisão de destransicionar custou caro para ela, a retomada da transição, ainda que tenha sido um “alívio”, diz Joana, também representou um alto custo para ela:

Aí eu falei assim "ah, não tem mais o porque de eu ficar agora sabe, entendeu, tendo... criando sabe, toda essa fantasia e esse teatro, entendeu, porque agora a coisa já ficou pública, ficou explícita mesmo entendeu, agora eu sou ex-presidiária, a cidade inteira já é bosta, já não gostava de mim sem eu ter isso daí na ficha né..." aí a hora que caiu falei "ah agora que se foda", entendeu, aí eu peguei e falei assim "não, agora eu vou, entendeu, vou voltar a minha transição, sabe, não vou mais me esconder nem nada e tal". Assim, mas eu fiz isso assim sabe, bem devagarinho porque né... com medo das pessoas atacarem eles [os filhos]. Eles já tinha já uns treze, quatorze anos por aí, entendeu, porque eu já achava assim né pô, já tá né, grande assim né, acho que já tem mais desenvoltura pra suportar né, pra aguentar qualquer merda que alguém for falar, entendeu, com detalhe que eu sempre fui eu dentro de casa, então nunca foi surpresa pra eles nada, eu não tava surpreendendo eles, entendeu, todo mundo daqui sempre soube daquilo que eu sou e tal, então o negócio era pra fora de casa só, o problema era fora de casa e a gente sabia que ia ter alguma retaliação, ainda mais com as crianças né... Então, e teve... Então sabe, a única parte que eu lamento assim, de ter voltado a transição aqui foi só essa né, tipo, de ver o que eles passaram aqui, entendeu, sabe, de retaliação de amigo da escola, da própria escola, do pessoal da cidade entendeu. Todo mundo que eu conhecia e tipo... foi pra zero, as pessoas que eu me relacionava aqui tudo foi pra zero, a nossa casa era cheia de gente, de uma hora pra outra parou todo mundo de visitar a gente, de conversar com meus filhos, de conversar comigo (JOANA, grifo meu).

A vida de Joana mudou radicalmente após a prisão e a retomada da transição, e apesar de todo o esforço para conseguir trabalhar construir uma vida, ela e a família foram profundamente impactadas pela retomada da transição de gênero. Então a distinção entre vida precária e precariedade é importante para desnaturalizar o efeito de verdade de se tomar a precariedade vivenciada por Joana como "natural" e para entendermos que a precariedade é uma situação política problematicamente naturalizada para corpos constituídos como "anormais" por meio da repetição de práticas e processos históricos que tipificam e patologizam corpos, como vimos com Foucault.

Assim, a situação de precariedade e de despossessão social que é vivenciada por corpos constituídos como ininteligíveis não é uma condição existencial, mas é produzida politicamente quando não se reconhece a importância da nossa vida, e se acentua nesse contexto de interdependência profundamente organizado pelo sistema produtivo capitalista, pois muitos corpos estarão mais expostos a situações de marginalidade, de falta de moradia, emprego e do risco de morte do que outros corpos.

Essa precariedade resulta em situações de desigualdade social que não são apenas condições desiguais de trabalho, mas condições desiguais de existência pela

marca da abjeção. Existem diversos fatores que podem colocar uma vida em risco dependendo do contexto cultural, sabemos que nem todas as pessoas podem, se assim desejarem, praticar alguma fé ou viver em determinado contexto como uma pessoa de gênero ininteligível sem colocar a vida em risco. A crença, o local de nascimento e o gênero não constituem uma vida como precária “por natureza”, no entanto, esses fatores estão socialmente inter-relacionados e podem impactar no nível de exposição da vida a situações de precariedade e participam da naturalização de uma precariedade que não é “natural”, é uma situação politicamente produzida.

No caso de Joana, a retomada da transição implicou numa série de acontecimentos violentos:

Então coisas que não acontecia de gente vim na porta da minha casa dar pedrada entendeu, sabe, tipo, envenenar os meus cachorro igual já fizeram, entendeu tipo, sabe, rasgar os pneu do meu carro porque não queria ter viado na rua, não queria ter tipo... veio assim de avalanche, veio puta... assim, uma coisa descontrolada, então quer dizer, é... alivia a gente por um lado, mas por outro é assim, cê perde a paz, sabe, cê perde o resto do sossego, entendeu, porque aí assim sabe, aí as pessoas voltam naquela coisa lá né, que se sente no direito, no poder de fazer o que quiser com você, de enfiar o dedo na tua cara, de te julgar, de te condenar, de fazer qualquer coisa, entendeu tipo, isso aí dá um poder pra eles. A gente quando a gente toma uma atitude dessa daí é como se cê tivesse assim assinando uma carta assim branca pra eles fazer o que quiser com a gente [...] Então tudo, entendeu, pra cê ter noção ó, eu tinha os dois, o pai e o filho, dois labrador, que era a minha paixão, que eu criei de filhotinho, envenenaram os dois, depois furaram as roda do meu carro de faca, entendeu, eu fui na delegacia fazer denúncia e sabe o que que o escrivão falou pra mim? "Você tá errada, sabe onde você mora? Você tá achando ruim isso, muda daqui!", entendeu... Aí assim, a justiça não vai me salvar, entendeu, a polícia não vem proteger o portão da minha casa, entendeu... não vem [...] Uma vez um cara entrou no meu facebook, nunca ví na vida, estudava lá numa escola que ela trabalhava, o cara... falou assim "o dia que eu te ver na rua eu vou te dar uns dois tiro na bunda"... eu falei "porque? o que que foi que aconteceu"... "né, porque não sei o que, porque eu não gosto da sua raça" e não sei o que e ele tal, falou assim... Fui na delegacia, mostrei "isso aqui não é ameaça de morte?! A pessoa tá falando que vai me encontrar, ó o perfil do cara aqui ó, tá aqui o facebook dele, falou que vai dar tiro em mim... "é... mas ele já deu tiro?...eu falei "então se ele não fez nada em mim então não é crime?" (JOANA).

A vulnerabilidade vivenciada por Joana configura uma situação politicamente produzida, e a violência vivenciada por ela e seus familiares, como o assassinato dos seus cães, as ameaças de violência e de morte, e o desamparo da lei são alguns dos fatores que compõem essa situação de vulnerabilidade. Assim, a vulnerabilidade que Joana vivencia é muito diferente da situação que vivenciava como João. Nesse

sentido, é importante a crítica da noção liberal de que as condições de vida de alguém são o reflexo direto de seu nível de esforço, pois o relato de Joana demonstra como o gênero mina as possibilidades de construção de uma vida minimamente vivível, principalmente quando consideramos o contexto brasileiro, profundamente marcado por desigualdades. Observada sob um aspecto macro, a falta de garantia de políticas que materializem a redução de desigualdades econômicas e sociais, expõe corpos de forma induzida a vulnerabilidades como a pobreza e o desamparo social:

A dependência do ser humano e de outras formas de suporte infraestrutural expõe uma vulnerabilidade específica que temos quando não temos suporte, quando aquelas condições infraestruturais que caracterizam nossa vida social, política e econômica começam a se decompor, ou quando nos encontramos radicalmente sem suporte sob condições de precariedade ou sob condições explícitas de ameaça (BUTLER, 2016, p. 19).

Nossos modos de interdependência operam de modo problemático, principalmente quando consideramos que as relações sociais têm resultado na desigualdade social e em modos de interdependência exploratórios. Precisamos de instituições para ter acesso a moradia, educação, emprego e cuidados médicos, por exemplo, e quando confrontados/as com a insuficiência, a ausência ou a negação do direito de acessá-las, ficamos expostos/as involuntariamente a situações de precariedade que são politicamente produzidas e desigualmente distribuídas:

Quando falamos de formas induzidas de precariedade, designamos formas de organização do trabalho que se instalam no emprego aleatório e no caráter substituível e descartável da mão de obra. Essas formas de precariedade são produzidas e calculadas para fornecer uma força de trabalho “flexível”, e elas induzem, em uma vasta escala, a insegurança e o desespero entre os trabalhadores. É também uma forma de impedir toda projeção em direção ao futuro e de produzir uma estrutura de dívida permanente para aqueles que não têm meios de prever qual será seu trabalho no futuro (BUTLER, 2013, p. 4).

No contexto neoliberal vemos que essas formas induzidas de precariedade são, de certa forma, naturalizadas por meio de discursos que “humanizam” o trabalho altamente precarizado como “novos desafios e novas oportunidades de autossuperação e de resiliência”. Em termos macropolíticos, uma maneira de entender a vulnerabilidade é que ao ser distribuída de forma desigual, também opera em conjunto com formas biopolíticas de gestão de populações marcadas como vulneráveis. Seguindo uma leitura foucaultiana, BUTLER chama de biopolítica:

[...] os poderes que organizam a vida, incluindo aqueles que expõem diferencialmente as vidas à condição precária como parte de uma administração maior das populações por meios governamentais e não governamentais, e que estabelece um conjunto de medidas para a valorização diferencial da vida em si (BUTLER, 2018, p. 216).

A gestão da vida e da morte pelo biopoder nos mostra que a vulnerabilidade induzida a alguns corpos pode ser efeito de estratégias biopolíticas. Butler faz uma leitura da vulnerabilidade como desigualmente distribuída para pensar os modos de poder que formam as pessoas como vulneráveis:

Pensamos que os bens são distribuídos de forma desigual no capitalismo, assim como os recursos naturais, especialmente a água, mas deveríamos certamente considerar também que uma maneira de administrar as populações é distribuir a vulnerabilidade de forma desigual de tal modo que “populações vulneráveis” se estabeleçam dentro de um discurso e de uma política (BUTLER, 2018, p. 157).

Várias das conquistas sociais que foram direcionadas para os grupos mais afetados pelas desigualdades socioeconômicas e de poder, foram obtidas por meio de programas governamentais e não implementadas como direitos constitucionais (COSTA, 2019). Dessa forma, muitos ganhos políticos foram (e ainda podem ser) facilmente perdidos nos governos de partidos conservadores, expondo aquelas/es que dependem desses programas a condições de vulnerabilidade intensificada.

A pesquisa de Ribeiro et al. (2021) comprova como a desigualdade social brasileira implica na taxa de mortalidade por COVID-19 e agrava (ainda mais) as desigualdades estruturais existentes. O estudo mostra que na medida que os indicadores socioeconômicos diminuem, como o acesso a educação e a renda, por exemplo, aumenta o risco de mortalidade por COVID-19. Outro ponto que o estudo também destaca é que as taxas de mortalidade mais altas estão concentradas nas categorias de pessoas negras, que na maioria das vezes morrem em unidades básicas de saúde e não em hospitais.

A importância da vida pode ser inferiorizada e o acesso ao suporte e infraestrutura pode ser restringido ou até mesmo inexistente. Butler (2019b) diz que ainda que não estejamos inteiramente limitados pelas normas de reconhecimento quando notamos uma outra vida, seja pessoalmente ou virtualmente, em termos

normativos o reconhecimento de uma vida que importa também está relacionado com a capacidade de uma vida gerar luto e o modo que essa vida é enquadrada socialmente, no sentido de que as molduras do enquadramento são operações de poder, que reforçam a naturalização da situação de precariedade para corpos marginalizados.

O relato de Joana evidencia como a situação de vulnerabilidade foi vivenciada diferencialmente, pois esteve relacionada com a sua apresentação de gênero. Essa é uma questão se agrava principalmente quando os marcadores da diferença se somam, como uma mulher, trans e negra que vive em um contexto de pobreza, por exemplo. Há um aspecto político muito importante que está relacionado com a importância atribuída a uma vida, principalmente uma vida que foi perdida, pois se a perda não foi reconhecida e marcada, significa que não foi tratada como uma perda (BUTLER, 2019a).

É precisamente em resposta a isso que práticas de resistência ocorrem, quando se produz novos reconhecimentos e o luto da vida perdida, num movimento contra o silenciamento dos enquadramentos normativos que reconhecem e atribuem importância a uma vida (BUTLER, 2019a). A Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) publica anualmente o dossiê de assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil, no qual além de detalhadas informações sobre a violência contra esses corpos, registra memórias e protestos contra as opressões vivenciadas e silenciadas.

Mesmo que comumente associada à violência, a vulnerabilidade pode ser a condição a partir da qual encontros e formas de resistência são possibilitados em algum contexto social. Podemos pensar tanto em termos micropolíticos como as práticas de si e a ação crítica individual, como em termos macropolíticos com práticas sociais coletivas que reivindicam politicamente mudanças sociais. Assim, o corpo assume determinadas posturas de cuidado para não deixar de existir, no esforço de produzir uma vida mais vivível quando assume a própria precariedade como resistência e atua na produção de novos reconhecimentos que extrapolam as molduras normativas que enquadram a vida reconhecível (BUTLER, 2018).

Em meio a situação de vulnerabilidade em que vive, Joana é vocalista e toca gaitas em uma banda punk e pinta telas. Ainda que circunstancial, ela vê na arte a possibilidade da construção de uma vida mais vivível:

Então, é a arte... Eu tenho uma paixão muito grande sabe por tocar, pela música, pela arte em si né. Qualquer que seja a expressão artística, a forma de fazer arte, eu amo muito assim... me faz muito bem, e é o único espaço que eu consigo me movimentar com segurança, entendeu, então quer dizer sabe, eu nunca desenvolvi nada grande, eu nunca consegui nenhum grande espaço, entendeu, trabalho com isso há mais de trinta anos, entendeu, é a minha vida, minha vida inteira é isso daí, entendeu, só que assim, é aquela coisa, eu não sei, eu não posso falar que eu sou uma pessoa bem sucedida nisso, que eu me mantenho com isso, então é uma coisa que assim, eu amo muito fazer e não me dá nada em troca, eu quase não tenho sabe uma... um retorno de viver disso, de fazer isso... é muito triste né. [...] Então eu tenho alguns raros momentos igual lá, de ir tocar e tá num palco, puta... aí sabe, faz valer a pena eu tá fazendo tudo, entendeu, de eu tá ali, mas é assim, é sempre coisinhas curtas sabe, é temporário, uma coisa pequena que passa muito rápido e, nunca é uma coisa assim sabe, que tem um cotidiano de coisas que dão certo, entendeu, uma constância de tá bem fazendo isso, entendeu, então é complicado, não sei, é uma resposta difícil de dar, entendeu, é mais de eu fazer porque eu gosto, porque eu sou apaixonada, entendeu, do que aquilo ali sabe, que me retribui algo, entendeu, que faz eu ter uma vida boa, eu me sentir bem aonde eu tô, entendeu, não faz. É só nesses momentozinho mesmo que eu tô ali, fazendo ali, exercendo a coisa lá que eu tenho ali aquele prazer lá, e é só (JOANA).

Joana está aliviada por ter retomado a transição, e usa a arte como meio de expressar a sua existência e de protestar contra a opressão vivenciada. Ela lamenta que a retomada da transição foi acompanhada pelo abandono e pelo confronto:

Então sabe, é as coisas que assim, que veio junto depois, entendeu, então sabe... é legal, eu tirei um peso das minhas costas só que em compensação tipo, eu assim sabe, eu confrontei a cidade inteira, eu virei a inimiga da cidade inteira, entendeu, inimiga de um monte de gente que tinha aquela imagem que eu te falei né, sabe, nossa, da pessoa perigosa, entendeu, daquela pessoa forte que todo mundo admirava tipo... eu continuo sendo a mesma pessoa, na verdade até melhor né porque eu conto as histórias que fizeram eu ser desse jeito, entendeu, que eles naquela época eles não sabiam dessas histórias, que eu não podia contar, entendeu, que eu ia tá me expondo de um jeito perigoso né, que ia tá me colocando em risco, entendeu, então quer dizer, sabe, sei lá, na minha visão de analisar uma pessoa, eu acho que seria muito mais legal né conhecer essas histórias verdadeiras, "puta que massa né cara, isso e tal...", entendeu, e virou o contrário entendeu, aí todo mundo passou a me odiar, um monte de gente passou a ter raiva de mim e eu tenho gente que eu conheci naquele tempo que até hoje fala com ódio comigo e fala que se trombar comigo em algum lugar vão sair no soco e não sei o que, e é assim, entendeu, então eu... aqui na cidade eu me restrinjo a sair o mínimo possível, entendeu (JOANA).

O contexto de Joana nunca deixou de ser opressivo em relação às normas de gênero, e sua destruição por um período de dez anos demonstra a força coercitiva das normas de gênero na construção de uma vida que seja minimamente vivível. Joana encontrou no suporte recebido um sentido para sair do caminho de autodestruição e seguir em frente sem ter mais que sobreviver a qualquer custo, ela diz. Hoje, a vontade de corresponder pelo suporte recebido impulsiona suas ações com outras pessoas em situação de vulnerabilidade.

EPÍLOGO

Nesse momento do nosso percurso eu gostaria de fazer algumas considerações sobre a pesquisa e sobre o relato de Joana. O estudo teve como objetivo compreender os impasses da vulnerabilidade na esfera laboral para um corpo constituído como ininteligível. Procurei entender como Joana lidou e ainda lida com algumas das questões decorrentes da situação de vulnerabilidade que vive, principalmente no que se refere à deterioração das condições materiais de existência e subsistência, mas que também estão relacionadas com estratégias de sobrevivência na busca por uma vida mais vivível.

Esta pesquisa existe em uma área com diferentes discursos que disputam espaço e legitimidade, num movimento de constante demarcação de fronteiras sobre “o que é e o que não é Administração”, ou quais são os estudos válidos na Administração. É em meio a esse campo de forças que esta pesquisa se situa. Essas tensões foram decisivas no desenho de pesquisa, pensado mais como um agenciamento em favor de uma problematização da relação entre o gênero e as organizações do que uma simples investigação que se desenvolve em meio a um contexto cercado de muros discursivos que reivindicam *status* de uma legitimidade incontestável.

Foucault e Butler forneceram os meios necessários para evidenciar que o corpo de Joana só é ininteligível a partir dos discursos normalizadores que demarcam as diferenças entre os corpos que devem ser considerados “normais”. Vimos que o entendimento das organizações como materialidades investidas de poder evidencia que a relação entre o corpo e as organizações é uma questão que não está restrita a uma simples oportunidade de emprego ou alguma política afirmativa. Trata-se de uma questão ampla e complexa, mas que precisa ser explorada principalmente pela urgência dos problemas relacionados ao gênero que impactam na construção de uma vida minimamente vivível.

O relato de Joana mostra a seriedade dos impactos vivenciados, numa vida em que a designação de gênero no nascimento não fez sentido desde os momentos iniciais. Hoje, com cinquenta e dois anos de idade, Joana lamenta ter passado por todas as dificuldades que vivenciou e por todas as oportunidades e rumos que a sua

vida poderia ter tomado, mas que não se realizaram devido ao contexto altamente regulado e opressivo que marcou o seu corpo como um corpo “anormal”. A força normativa foi tão intensa que a forçou a criar João durante um período de dez anos para poder sobreviver. Tamanha força coercitiva evidencia a relevância política sobre a forma problemática que as organizações estão implicadas com o gênero e a importância da crítica desses aspectos na Administração.

A situação de vulnerabilidade vivenciada como João foi drasticamente diferente da situação vivenciada por Joana. João emergiu em um contexto que – ainda que de forma problemática – o reconheceu e possibilitou o acesso a espaços que não aceitariam Joana, especialmente os espaços de trabalho mais usuais. Na série de possibilidades que os caminhos de uma vida normativa oferecem, Joana não passou sequer pelo portão do gênero, apenas João, mas com muita dificuldade. Fica evidente que as organizações estão implicadas na produção de uma situação de vulnerabilidade que não está restrita apenas ao contexto do trabalho, mas que se estende a outros aspectos da vida social num contexto que vincula violentamente a sobrevivência ao trabalho.

Hoje Joana vive com a família, ela diz que vive uma “realidade falsa” pois quem produz essa realidade material é a parceira, que é aposentada. Ela diz que atualmente não possui nenhuma condição financeira para se manter. Longe de naturalizar a situação vivenciada, Joana diz que a sua realidade de mulher trans é a de estar na rua se prostituindo, em vez de estar em casa vivendo com a família. É em meio a essas circunstâncias que Joana tenta construir uma vida que seja minimamente vivível por meio da arte.

Poderia ser considerado que é precisamente pela característica de serem privadas que isentam as organizações de potencializar as diferenças da vida nos espaços organizacionais. A regulação corporal é um sério problema social, e as organizações que estão inseridas num contexto democrático violam efetivamente o respeito à liberdade de ser e de viver ao reforçarem as práticas que compõem essa regulação. É certo que num contexto neoliberal é pressuposta a autonomia das organizações na decisão de quem contratar e quem não contratar, no entanto, essa visão de uma autonomia de contratação sem comprometimento com as diferenças é equivocada.

As diferenças fazem parte da vida e num contexto democrático deve-se ter como horizonte uma ética da convivência, afinal, não escolhemos as pessoas com quem iremos nos relacionar nos mais variados contextos da vida social. Perdemos um amplo sentido de comunidade quando as adversas circunstâncias de vida que estão sendo enfrentadas pelo/a outro/a não forem algo que tenhamos que nos importar. Quando pensamos na vida pública é importante questionarmos qual vida democrática e que tipo de organizações queremos. Se queremos uma vida e organizações em que as pessoas tenham condições de viver, então o papel das organizações em um contexto democrático deve ser, sobretudo, fomentar e possibilitar que as pessoas tenham vidas mais vivíveis.

REFERÊNCIAS

ACKER, J. Hierarchies, Jobs, Bodies: A Theory of Gendered Organizations. **Gender and Society**, v. 4, n. 2, p. 139–158, 1990.

ACKER, J. Theorizing Gender, Race, and Class in Organizations. In: JEANES, E. L.; KNIGHTS, D.; MARTIN, P. Y. (Eds.). **Handbook of Gender, Work and Organization**. West Sussex: John Wiley & Sons Ltd, 2011.

ALESC. **LEI Nº 17.993, DE 27 de agosto de 2020**. Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2020/17993_2020_lei.html>. Acesso em: 21 jan. 2022.

BEAUVOIR, S. DE. **O segundo sexo 2: A experiência vivida**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (EDS.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BERNARDES, A. **Direitos LGBT: governo argentino cria cota que favorece transexuais, travestis e transgêneros** Revista ViaG, 6 set. 2020. Disponível em: <<https://revistaviag.com.br/direitos-lgbt-argentino-decreto-transexuais/>>. Acesso em: 21 jan. 2022

BORBA, R. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 441–474, dez. 2014.

BROWNLEE, K. A human right against social deprivation. **The Philosophical Quarterly**, v. 63, n. 251, abr. 2013.

BUTLER, J. Imitation and Gender Insubordination. In: ABELOVE, H.; BARALE, A. M.; HALPERIN, D. M. (Eds.). **The Lesbian and Gay Studies Reader**. New York: Routledge, 1993.

BUTLER, J. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. [Entrevista concedida a] Baukje Prins e Irene Costera Meijer. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, p. 155–167, 2002.

BUTLER, J. **Undoing gender**. New York: Routledge, 2004.

BUTLER, J. Inversões sexuais. In: PASSOS, I. C. F. (Ed.). **Poder, normalização e violência – Incursões foucaultianas para a atualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BUTLER, J. Uma analítica do poder: conversa com Judith Butler [Entrevista concedida a] Claire Pagès, Mathieu Trachman. **Investigação Filosófica**, v. 5, n. 1, 2013.

BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 249–274, jun. 2014.

BUTLER, J. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019a.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019b.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019c.

BUTLER, J. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019d.

BUTLER, J. **Corpos que importam**. 1. ed. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições, 2019e.

BUTLER, J. **Feminist icon Judith Butler on JK Rowling, trans rights, feminism and intersectionality. [Entrevista concedida a] Owen Jones, 2021**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tXJb2eLNJZE&list=WL&index=10>>. Acesso em: 17 jan. 2021

BUTLER, J.; GAMBETTI, Z.; SABSAY, L. (EDS.). **Vulnerability in resistance**. Durham, London: Duke University Press, 2016.

CABRAL, A. A sociologia funcionalista nos estudos organizacionais: foco em Durkheim. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 2, n. 2, p. 01–15, jul. 2004.

CANDIOTTO, C. Foucault: uma história crítica da verdade. **Trans/Form/Ação**, v. 29, n. 2, p. 65–78, 2006.

CARRIERI, A. DE P. As gestões e a sociedade. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 21–64, jun. 2014.

COSTA, S. Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil. In: PIRES, R. R. C. (Ed.). **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

DAVY, Z. Genderqueer(ing): ‘On this side of the world against which it protests’. **Sexualities**, v. 22, n. 1–2, p. 80–96, fev. 2019.

DÍAZ, E. B. Desconstrução e subversão: Judith Butler. **Sapere Aude**, v. 4, n. 7, p. 441–464, 2013.

FLORES-PEREIRA, M. T. Corpo, pessoa e organizações. **Organizações & Sociedade**, v. 17, n. 54, p. 417–438, set. 2010.

FONSECA, M. A. DA. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2011.

FOUCAULT, M. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Editora Perspectivas, 1978.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (Eds.). **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014a.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014b.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FRIEDMAN, M. The Social Responsibility of Business Is to Increase Its Profits. In: ZIMMERLI, W. C.; HOLZINGER, M.; RICHTER, K. (Eds.). **Corporate Ethics and Corporate Governance**. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2007. p. 173–178.

GOES, G. S.; MARTINS, F. DOS S.; NASCIMENTO, J. A. S. Trabalho remoto no Brasil em 2020 sob a pandemia do Covid-19: quem, quantos e onde estão? **Carta de Conjuntura - IPEA**, v. 52, n. 6, jul. 2021.

GUARALDO, O. Pensadoras de peso: o pensamento de Judith Butler e Adriana Cavarero. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 3, p. 663–677, dez. 2007.

HOPE, A. The Body: a review and a theoretical perspective. In: JEANES, E. L.; KNIGHTS, DAVID; MARTIN, P. Y. (Eds.). **Handbook of Gender, Work & Organization**. West Sussex: John Wiley & Sons Ltd, 2011.

HRC. **A Workplace Divided**, 2018. Disponível em: <<https://assets2.hrc.org/files/assets/resources/AWorkplaceDivided-2018.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2022

KERFOOT, D. Body work: estrangement, disembodiment and the organizational “other”. In: HASSARD, J.; HOLLIDAY, R.; WILMOTT, T. (Eds.). **Body and organization**. London: Sage, 2000.

LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 541–553, 2001.

MACHEREY, P. Towards a natural history of norms. In: ARMSTRONG, T. J. (Ed.). **Michel Foucault, philosopher**. New York: Harvester Wheatsheaf, 1992.

- MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, dez. 2016.
- MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, n. 21, p. 150–182, jun. 2009.
- MISKOLCI, R.; PELÚCIO, L. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. **Revista Gênero**, v. 7, n. 2, p. 257–269, 2007.
- MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, n. 110, p. 270–287, jun. 2012.
- MOORE, J. W. The Capitalocene, Part I: on the nature and origins of our ecological crisis. **The Journal of Peasant Studies**, v. 44, n. 3, p. 594–630, 4 maio 2017.
- OKSALA, J. The Neoliberal Subject of Feminism. **Journal of the British Society for Phenomenology**, v. 42, n. 1, p. 104–120, jan. 2011.
- O’SHEA, S. C. ‘I, Robot?’ Or how transgender subjects are dehumanised. **Culture and Organization**, v. 26, n. 1, p. 1–13, 2 jan. 2020.
- PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- POMPEU, S. L. E.; SOUZA, E. M. DE. A discriminação homofóbica por meio do humor: naturalização e manutenção da heteronormatividade no contexto organizacional. **Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 645–664, dez. 2019.
- PRECIADO, P. B. Entrevista com Beatriz Preciado [Entrevista concedida a] Jesús Carrillo. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 375–405, jun. 2007.
- PRESSE, F. **A passos lentos, pessoas trans chegam ao mercado de trabalho formal brasileiro**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2021/07/20/a-passos-lentos-pessoas-trans-chegam-ao-mercado-de-trabalho-formal-brasileiro.ghtml>>. Acesso em: 22 jan. 2022.
- RIACH, K.; RUMENS, N.; TYLER, M. Towards a Butlerian methodology: Undoing organizational performativity through anti-narrative research. **Human Relations**, v. 69, n. 11, p. 2069–2089, nov. 2016.
- RIBEIRO, K. B. et al. Social inequalities and COVID-19 mortality in the city of São Paulo, Brazil. **International Journal of Epidemiology**, 28 fev. 2021.
- SALIH, S. **Judith Butler e a Teoria Queer**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995.
- STRYKER, S. Biopolitics. **TSQ: Transgender Studies Quarterly**, v. 1, n. 1–2, p. 38–42, 1 maio 2014.

THANEM, T. Embodying Transgender in Studies of Gender, Work, and Organization. In: JEANES, E. L.; KNIGHTS, D.; MARTIN, P. Y. (Eds.). **Handbook of Gender, Work and Organization**. West Sussex: John Wiley & Sons Ltd, 2011.

THIOLLENT, M. Estudos Organizacionais: Possível Quadro Referencial e Interfaces. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 1, n. 1, p. 17, 2014.

WARNER, D. N. Towards a queer research methodology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 1, n. 4, p. 321–337, 1 jan. 2004.

WILLIAMS, J. **Pós-estruturalismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

APENDICE

APÊNDICE 1
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

A condição corporal: implicações da vulnerabilidade na esfera laboral para corpos constituídos como ininteligíveis

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo(a) para participar da pesquisa “A CONDIÇÃO CORPORAL: IMPLICAÇÕES DA VULNERABILIDADE NA ESFERA LABORAL PARA CORPOS CONSTITUÍDOS COMO ININTELIGÍVEIS”. O objetivo desta pesquisa é compreender os impasses da vulnerabilidade na esfera laboral para corpos constituídos como ininteligíveis. Sua participação é muito importante e ela consistirá em fornecer informações sobre experiências relacionadas ao trabalho, através de uma entrevista gravada mediante sua autorização cujo respectivo áudio será utilizado para a transcrição da entrevista.

A entrevista ocorrerá preferencialmente de modo presencial. Entretanto, em função da pandemia ora em curso, ela poderá acontecer em formato virtual mediante a sua concordância, e possui duração prevista de até uma (01) hora. Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e futuras pesquisas e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Os registros gravados serão apagados após a finalização da pesquisa.

Esclarecemos ainda, que você não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Dos benefícios esperados na construção desta pesquisa está uma melhor compreensão das relações de trabalho na contemporaneidade. Essa investigação

pode ser subsídio para os próprios entrevistados, bem como para estudiosos de práticas de ensino, escolhas profissionais que podem compreender melhor o papel do trabalho e a produção de vulnerabilidade social em decorrência do gênero.

Durante a entrevista o/a entrevistado/a pode se sentir desconfortável por ser questionado sobre si, sobre suas vivências e práticas durante o período de trabalho. Nesses casos, os entrevistadores estão preparados para te tranquilizar de maneira que você se sinta à vontade para relatar suas percepções, já que, os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, preservando sua identidade e seu anonimato. Além disso, ressalta-se que a qualquer momento você poderá retirar seu consentimento na participação desta pesquisa.

No intuito de apresentar todas as informações necessárias para o seu adequado esclarecimento, os pesquisadores se baseiam nas garantias e direitos previstos nas Resoluções CNS no 466 de 2012 e 510 de 2016 e, de acordo com as particularidades da pesquisa. Caso a coleta de dados ocorra no formato virtual, nos apoiaremos nas orientações previstas na Carta Circular no 1/2021- CONEP/SECNS/MS, que visam preservar a proteção, segurança e os direitos dos/as participantes e seus dados pessoais sensíveis. Se durante a entrevista você sentir algum desconforto ou constrangimento de qualquer natureza, de acordo com a resolução CNS n 466/2012 e CNS n 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, lhe será oferecido um momento de suporte e acolhimento. Você será questionado/a sobre o desejo da continuidade da entrevista, que poderá ser remarcada ou encerrada, sem qualquer ônus para você.

Destacamos também que, a opção de formato virtual para a entrevista está relacionada a riscos característicos do ambiente virtual, meios eletrônicos, ou atividades não presenciais, em função das limitações das tecnologias utilizadas. Assim, ainda que a total confidencialidade e potencial risco de sua violação são limitadas no formato virtual, os pesquisadores adotarão boas práticas que visam minimizar os riscos de violação dos dados, como a comunicação (seja por email, telefone etc.) individual apenas com você como destinatário/a e o não armazenamento dos dados em plataforma virtual ou ambiente compartilhado de tipo “nuvem”, visando sempre uma maior segurança dos seus dados.

Caso você tenha dúvidas, necessite de maiores esclarecimentos ou queira retirar o consentimento de utilização de seus dados na pesquisa, poderá

nos contatar **Eduardo Milani Boselli**, rua das Margaridas, n° 871, telefone (44) 99132-8840, e-mail eduwhoami@gmail.com ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao prédio do LABESC – Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone 3371-5455, e-mail: cep268@uel.br. Os pesquisadores se comprometem a lhe enviar uma resposta para quaisquer questões eventuais que você nos apresente.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue a você.

Paranavaí, ____ de _____ de 20__.

Pesquisador Responsável: Eduardo Milani Boselli

Eu, _____ (colocar nome por extenso do participante da pesquisa), tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar voluntariamente da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): _____

Data: _____